

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;

1 **Áudio: Audiência Pública - Governador Valadares**

2 **Tempo de gravação: 02:48:41**

3

4 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores boa noite. Solicitamos nesse momento
5 que os senhores desliguem seus celulares ou os coloquem no modo silencioso para
6 não atrapalhar a nossa audiência. Nesse momento, damos início à Audiência Pública
7 relativa ao licenciamento ambiental da duplicação da BR 116, Minas Gerais. Esse
8 trecho que tem aproximadamente 818 quilômetros, ele vai da divisa da Bahia com
9 Minas Gerais no município de Divisa Alegre até a divisa de Minas Gerais com Rio de
10 Janeiro no município de Além Paraíba. Antes de começarmos, primeiramente cabe
11 ressaltar que, como este ambiente reúne um número considerável de pessoas, é
12 importante repassar algumas orientações de segurança no caso de uma eventual
13 emergência, certo? Todos nós devemos manter a calma e proceder a evacuação do
14 recinto caminhando para a saída de forma ordenada, sem correrias e sem atropelos.
15 Neste momento daremos andamento à leitura do regulamento dessa audiência, que

16 será apresentado de forma resumida a partir dos itens mais relevantes e informamos
17 que o regulamento completo para quem tiver interesse, está fixado na entrada do
18 auditório e é de domínio público, pode ser pesquisador por qualquer um no site do
19 Ibama. *"Artigo 1º – O presente regulamento trata dos procedimentos a serem
20 observados na Audiência Pública para a discussão dos estudos de impacto ambiental
21 e do relatório de impacto ambiental relativo ao projeto de duplicação da Rodovia BR
22 116, Minas Gerais, trecho Divisa Alegre a Além Paraíba. Artigo 2º – Os presentes a
23 esta Audiência Pública deverão assinar a lista de presença na entrada do auditório.
24 Artigo 6º – O Ibama apresentará o procedimento de licenciamento em 10 minutos. Na
25 sequência, será realizada a apresentação sobre o empreendimento e seus objetivos
26 com duração máxima de 15 minutos. Artigo 7º – A equipe técnica responsável pela
27 elaboração do estudo e de seu relatório terá o prazo de 45 minutos para realizar a
28 exposição técnica sobre os estudos desenvolvidos, que deverá obrigatoriamente ser
29 em linguagem clara e objetiva. Artigo 8º – Será concedido o intervalo de 15 minutos,
30 no qual se iniciará a inscrição dos debatedores. O prazo total para a inscrição será de
31 20 minutos, podendo ser prorrogado, caso necessário, desde que com a devida
32 permissão do Presidente da mesa. Artigo 12 – Por um período de 15 dias, a contar da
33 data de realização desta audiência, o Ibama receberá comentários, manifestações e
34 sugestões que serão consideradas em documento técnico a ser elaborado pela equipe
35 do órgão. E Artigo 14 – Caberá ao Presidente da Mesa Diretora decidir em quais
36 situações que impeçam a regular continuidade dessa audiência. Quais as situações
37 que impeçam a regular continuidade desta audiência, bem como deliberar os casos
38 omissos neste regulamento. Quanto à divulgação da realização da presente
39 audiência, informa-se que a mesma seguiu todo o rito legal, onde houve a divulgação
40 por meio de Diário Oficial da União, jornais de circulação regionais de Minas Gerais,
41 divulgação por meio de rádio, faixas, sites e redes sociais das prefeituras dos
42 municípios interceptados. Os estudos ambientais foram disponibilizados para todas
43 as prefeituras interceptadas, bem como para os demais órgãos partícipes do processo
44 de licenciamento ambiental." Neste momento convido para compor a mesa o Sr.
45 Rodrigo Herles, representante do Ibama e Presidente dessa Audiência Pública, uma
46 salva de palmas, por favor; convidamos também a representante da EPL, Empresa
47 de Empreendimento Logística, empreendedor responsável pela duplicação da
48 rodovia, Sra. Paula Tagliari; convidamos agora o Sr. Aurélio Chaves, representante
49 da empresa STE, Serviços Técnicos de Engenharia, empresa de consultoria*

50 responsável pela elaboração dos estudos; convidamos também o Sr. Ivan Carlos
51 Fialho, Secretário de Meio Ambiente do município de Governador Valadares, que está
52 representando também o Prefeito Municipal. Gostaríamos de agradecer aqui outras
53 autoridades presentes, como o Sr. Luiz Carlos Albino, Diretor da Secretaria de Meio
54 Ambiente e Presidente do CODEMA; Murilo Araújo, representante do Ibama de
55 Governador Valadares; Luciano Cota, representante do Ibama de Governador
56 Valadares; e José Santana Júnior, Prefeito do município de Dom Cavati. Neste
57 momento, passo a palavra ao Presidente da mesa para abertura desta audiência.

58 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Boa
59 noite a todos. No dia 12/02/2020, às 20h mais ou menos, dou início, então, à Audiência
60 Pública para a discussão do estudo de impacto ambiental do Projeto de Regularização
61 e Duplicação da rodovia BR 116, no trecho de Minas Gerais.

62 **Mestre de Cerimônia** – Senhoras e senhores, nesse momento solicitamos que todos
63 fiquem de pé para que possamos ouvir o Hino nacional.

64 (Apresentação do Hino Nacional Brasileiro)

65 **Mestre de Cerimônia** – Passamos a palavra agora para o Presidente da mesa para
66 os cumprimentos e boas-vindas aos presentes.

67 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
68 Obrigado, boa noite novamente. É bonito esse hino, espero que ele seja inspirador
69 para a gente promover uma ótima Audiência Pública aqui, importante o tema da BR
70 116, da sua regularização ambiental, é importante para a economia regional, é
71 importante para as questões ambientais dessa região. Então acho que esse hino vai
72 nos ajudar a ter inspiração para tocar uma ótima Audiência Pública, assim como como
73 aconteceu ontem, um ótimo debate, de boas perguntas, de pessoas interessadas,
74 tenho certeza que não será diferente aqui. A gente vai ter a oportunidade de falar mais
75 durante à noite e eu queria agradecer enormemente às pessoas aqui, à comunidade
76 de Governador Valadares por nos receber na sua cidade, por cooperar conosco no
77 Ibama na realização deste evento. Eu queria agradecer ao Secretário pela presença
78 e agradecer ao Prefeito também pela cooperação que tem aqui conosco no Ibama.
79 Não é a primeira vez que a gente, eu tenho a honra, eu, pessoalmente, tenho a honra
80 de presidir uma Audiência Pública aqui em Governador Valadares, tenho vindo aqui

81 com bastante frequência, a gente tem um trabalho com outro empreendimento na
82 região e é sempre motivo de alegria retornar aqui, não é? Com essas palavras, então,
83 eu agradeço a presença de todos, espero que a gente tenha uma Audiência Pública
84 bastante transparente e bastante aberta e disposta a discutir, então, com vocês o que
85 é o principal objetivo dessa noite, que são as consequências de um projeto tão
86 importante quanto este. Obrigado. Eu gostaria de passar a palavra ao Secretário para
87 saudações aqui ao público. Boa noite, Secretário, obrigado pela presença.

88 **Sr. Ivan Carlos Fialho (Secretário de Meio Ambiente/Governador Valadares) –**

89 Boa noite, boa noite a todos. Aqui no ato representando Excelentíssimo Prefeito,
90 André Merlo, e, diante dos ocorridos nos últimos dias, ele se encontra em Brasília
91 através dos relatórios, dos prejuízos, dos danos causados pela enchente e já deve
92 estar de retorno, acreditamos que, conforme agenda, amanhã se encontra já em
93 Governador Valadares. E a gente se sente honrado, um privilégio poder estar aqui
94 representando o nosso Prefeito. Bom, dando boas-vindas a todos, uma boa noite.
95 Governador Valadares recebe aqui o Ibama, EPL para essa noite de Audiência
96 Pública de muita importância sobre a duplicação da BR 116. Sabemos nós dos
97 benefícios, do progresso, do desenvolvimento, geração de renda, emprego,
98 transporte, logística, tudo isso contribui para o desenvolvimento do município e de
99 toda a região. A tão sonhada Ponte São Raimunda, uma nova ponte já há quantos
100 anos aí condenada e por vários estudos de engenharia civil a duplicação, o trecho
101 contemplando toda essa modernização. E a Secretaria de Meio Ambiente, nós
102 fazemos aqui presentes, estamos aqui com o Diretor do Meio Ambiente, Coronel
103 Albino, é técnico, Marlon presente, o Renatinho Leite também presente aí e faz parte
104 da equipe da SEMA. Nós estamos assim, atentos para estarmos acompanhando o
105 projeto e dentro das questões que os impactos do desenvolvimento proporcionam,
106 como ruídos, a BR, ela corta dois hospitais, um conhecido nosso aqui que é o Hospital
107 Evangélico, o nosso futuro Hospital Regional, temos população nessa região toda,
108 temos assentamento da reforma agrária, temos ciclistas, pedestres, motociclistas.
109 Então todo, mobilidade urbana, humana e a questão do Meio Ambiente. Então nós
110 estamos aqui também para conhecermos melhor a apresentação, esperamos que
111 estejam contemplados todos os equipamentos de segurança necessário aí. Então
112 uma boa noite a todos e sejam bem-vindo aí e um abraço a todos.

113 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) –**

114 Obrigado, Secretário, mais uma vez. Queria também em continuidade passar a
115 palavra para a Paula Tagliari, representante da EPL, para que ela possa fazer os
116 comentários iniciais aqui.

117 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Boa noite a todos. Em nome da
118 Empresa de Planejamento e Logística, eu agradeço a presença e nós estamos aqui
119 hoje para apresentar o EIA/RIMA desenvolvido pela consultoria contratada pela EPL,
120 a STE. Um estudo de grande esforço no intuito de levantar os diagnósticos das
121 questões ambientais para poder discutir junto aqui à população de Governador
122 Valadares. E nós estamos à disposição para depois debater, tentar suprir as eventuais
123 dúvidas que surgirem. Obrigada.

124 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
125 Obrigado, Paula. Antes de passar a palavra para o Aurélio, queria recomendar a todos
126 que pudessem ter, traz consigo esse folder que foi produzido aqui pelo pessoal do
127 empreendedor da EPL, está muito bem-feito, está bem resumido, tem bastante
128 informação importante aqui sobre os estudos de impacto ambiental, acho que é um
129 bom material assim de guia para cada um ficar com ele e depois poder examiná-lo um
130 pouco mais de profundidade. Acho que vale a pena. Sem delongas, passar para o
131 Aurélio aqui, representante da STE, para fazer as suas saudações.

132 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Boa noite. É um prazer estar aqui em
133 Governador Valadares para apresentar o resultado desse estudo, foi um estudo bem
134 complexo, extenso, então acho que vai ser uma noite muito produtiva a gente poder
135 apresentar e discutir um pouco o resultado final do Estudo de Impacto Ambiental para
136 o empreendimento. Obrigado novamente, obrigado pela presença e pela oportunidade
137 de poder participar dessa noite muito importante. Muito obrigado.

138 **Mestre de Cerimônia** – Agradeço também a todos da mesa, em nome dos presentes,
139 e convido-os agora a desfazer a mesa para darmos início à apresentação do estudo.
140 Iniciaremos a apresentação através do representante do Ibama, Sr. Rodrigo, que terá
141 aproximadamente 10 minutos para apresentar o procedimento de licenciamento
142 ambiental da duplicação da BR 116, trecho Minas.

143 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Ontem
144 foi mais, com mais emoção, não é? Ontem o Datashow não funcionou no início, então

145 nós tivemos que ir com um pouco mais de emoção ali na apresentação, hoje vai ser
146 mais tranquilo, não é? Então, sem ser muito repetitivo, é uma Audiência Pública, uma
147 Audiência Pública de responsabilidade do Ibama, ela está presente na legislação
148 brasileira, ela está prevista em Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente
149 como momento importante para debate e discussão dos estudos de impacto ambiental
150 de vários empreendimentos. Ok? O Ibama está organizado em diretorias, o
151 responsável por esse serviço de licenciamento, de prestar o serviço de licenciamento
152 para a sociedade brasileira, pelo Ibama, é a Diretoria de Licenciamento Ambiental, em
153 uma unidade temática específica, chamada Coordenação de Licenciamento
154 Ambiental de Transportes, cuida exatamente das questões de transporte. Lá nós
155 temos especialistas em Hidrelétrica, especialistas em petróleo e gás, especialistas em
156 mineração, temos, então, aqui especialistas em licenciamento ambiental do setor de
157 transportes, ok? O que está sendo licenciado? Eu queria deixar essas mensagens
158 muito claras aqui, a minha apresentação tem exatamente esse objetivo, todos saiam
159 daqui sabendo o que a gente está licenciando, qual é o papel do Ibama e em que
160 situação nós estamos nesse momento. Nós estamos licenciando, então, através
161 desse processo, o 02001007991/2012-19, ver que ele é de 2012, então já tem 8 anos
162 que nós estamos trabalhando com esse procedimento, com esse licenciamento. A
163 duplicação, na verdade, a duplicação e a regularização ambiental da BR 116 e do
164 quilômetro zero, em Divisa Alegre até o quilômetro 818 em Além Paraíba, na divisa
165 com o Rio de Janeiro. É importante, ele, esse licenciamento está tendo como base
166 um estudo de impacto ambiental que é exatamente o documento mais rigoroso do
167 Ordenamento brasileiro de avaliação de impacto ambiental, é o mais completo de
168 todos os documentos técnicos destinados à avaliação de Estudo de Impacto
169 Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental. Centenas e centenas de páginas, de esforço
170 de campo, de pesquisa de campo, de levantamento de dados, de contratação de
171 especialistas para opinar sobre determinados impactos estão resumidos nesse estudo
172 de impacto ambiental e no seu relatório de impacto ambiental, que é o RIMA, um
173 documento mais simples aqui, mais resumido para facilitar a discussão. Então
174 responsável pelo empreendimento no momento é a Empresa de Planejamento e
175 Logística, digo no momento a EPL, empresa do governo, digo no momento a Paula
176 vai explicar um pouco mais adiante, porque ela vai ser substituída no procedimento
177 após leilão para um empreendedor privado após a concessão da rodovia. A
178 consultoria responsável é a STE, aqui representada pelo Aurélio, então ela que assina

179 o Estudo de Impacto Ambiental, ela se responsabiliza tecnicamente pela qualidade
180 dos estudos os quais o Ibama avalia para saber se o empreendimento conseguiu
181 diagnosticar, entender quais são os impactos e, principalmente, propor todas as
182 medidas de controle ambiental necessárias para os controles de impacto ambiental
183 do empreendimento. Então o papel do Ibama nesse processo é ser o órgão
184 responsável pelo licenciamento ambiental e pela fiscalização do empreendimento.
185 Então de cara: Ah, quem me garante que tudo que está aqui como medida de controle
186 ambiental vai ser implantado? O Ibama não só garante, como ele fiscaliza, não é?
187 Uma vez definida quais são as responsabilidades do empreendimento isso passa a
188 ser um compromisso assumido e exposto em licença e o Ibama tem o papel e a
189 autoridade ambiental para fazer a fiscalização desse empreendimento. E o Ibama não
190 faz isso sozinho, apesar dele ser o responsável direto e o principal responsável por
191 falar no processo de licenciamento ambiental, ele não faz sozinho, ele não exerce
192 esse poder sozinho, até porque não somos especialistas em todos os temas,
193 concordam? Então aonde tem interação e consequências para o patrimônio histórico,
194 artístico e cultural a gente interage com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico
195 Nacional, o IPHAN, ele é o guardião de falar quais são as consequências para o
196 patrimônio histórico de todos os projetos. A gente interage com os órgãos estaduais
197 de Meio Ambiente, a gente consulta eles, muitas vezes até não tem muita, às vezes a
198 gente não consegue estabelecer o diálogo que seria necessário, mas eles têm o direito
199 e são ouvidos em todos os processos de licenciamento ambiental. E assim são com
200 todos os órgãos setoriais respeitado, obviamente, a presença ou não daquele impacto,
201 se não houver um impacto sobre populações indígenas, obviamente a FUNAI não vai
202 se manifestar no processo, ok? Então o Ibama não fala sozinho, mas a palavra final
203 se o empreendimento tem a viabilidade ou não, se ele está pronto para iniciar as obras
204 ou não, cabe ao Ibama. Eu fiz uma síntese aqui que não é tão simples assim, mas é
205 o importante do procedimento de licenciamento ambiental. Você lembra que ele
206 começou em 2012, esse processo tem nº 2012, ele começa com a emissão do que a
207 gente chama Termo de Referência, que é um guia, assim oh: Precisa estudar a fauna
208 dessa região. Nós vamos fazer em quantas campanhas? Em quais lugares? Qual tipo
209 de disposto metodológico nós vamos falar? Está tudo resumido nesse Termo de
210 Referência, Termo de Referência o empreendedor recebe, ele contrata muitas vezes
211 uma equipe especializada, nesse caso foi a STE e ela, então, elabora a Avaliação de
212 Impacto Ambiental dentro do Estudo de Impacto Ambiental, ser o EIA. Nós estamos

213 aqui na fase de Audiência Pública, o principal elemento aqui que todo mundo precisa
214 ter em mente é o parecer técnico conclusivo, é a manifestação final do Ibama após
215 esses últimos 8 anos de trabalho a gente vai emitir, provavelmente, posteriormente a
216 essa Audiência Pública um parecer técnico final avaliando, examinando, discutindo a
217 profundidade dos impactos ambientais, procurando ver se tem lacuna, se não tem
218 lacunas, quais são os pontos fortes e fracos do empreendimento e descrevendo quais
219 são as condições que esse empreendimento pode ou não ser licenciado. Esse
220 parecer, ele vai ter 3 conclusões possíveis, ele pode dizer que o empreendimento é
221 inviável, acho que não é o caso do que a gente está tratando aqui, espero que não
222 seja, mas será emitindo um parecer. Se ele for considerado inviável, ele, o
223 empreendimento é arquivado, isso já aconteceu, principalmente em empreendimentos
224 novos. Ele pode dizer que: Olha, apesar de todo o esforço, ainda precisa estudar mais
225 um componente específico ali que, infelizmente, não foi visto. Então ele pode pedir
226 que o empreendedor providencie complementações aos estudos e o processo fica
227 sobrestado, fica esperando essas complementações chegarem. Ou ele pode concluir
228 pela viabilidade do empreendimento, olha, tudo que foi feito aqui está satisfatório,
229 acho que o empreendimento cumpriu bem o estudo, cumpriu bem a sua função e de
230 fato nós concordamos com a viabilidade do empreendimento, se isso acontecer,
231 emite-se uma licença prévia. Nosso modelo brasileiro, ela trabalha com 3 licenças,
232 principalmente nesses empreendimentos significativos de impacto ambiental, não é?
233 A licença prévia é a primeira, o que ela autoriza? A concepção do projeto, ela atesta
234 a viabilidade ambiental e locacional do projeto. Nós estamos falando de uma rodovia
235 que já existe e de um projeto de duplicação, então, assim, a viabilidade locacional, ela
236 é muito mais evidente, muito mais fácil de ser visualizada do que o empreendimento
237 novo, falando de uma nova rodovia que passasse, por exemplo, dentro de um parque
238 ou dentro de uma área ambiental relevante, então teria uma discussão um pouco
239 maior aqui, nós estamos falando de um licenciamento de regularização de um
240 empreendimento que já existe e a tendência é que a gente tenha mais facilidade para
241 entender e para emitir essa licença prévia. Essa licença prévia, ela não autoriza o
242 início das obras, mas ela qualifica o projeto para ser submetido à concessão, para ser
243 leiloadado, como a Paula vai explicar mais na frente, provavelmente e posteriormente,
244 um outro figurante, um outro empreendedor vai aparecer aqui para a gente. Depois
245 da licença prévia, a gente tem a licença de instalação, que aí sim são examinadas
246 nesse momento as condicionantes ambientais, os programas ambientais, é um

247 processo muito mais rápido que a licença prévia e emite-se a licença de instalação e
248 aí sim, está ok, olha, pode instalar. Aí vocês me perguntam:, mas vai ser para o 818
249 quilômetro? provavelmente não, é possível emitir licenças específicas para trechos
250 específicos, é até provável que isso ocorra aqui dentro desse empreendimento,
251 porque obviamente uma duplicação aqui não sairá dentro dos 818 quilômetros ao
252 mesmo tempo, então é provável que a gente tenha fragmentações de licenças e
253 licença de instalações específicas para cada trecho. Por fim, a licença de operação,
254 que sim autoriza, o comissionamento da pista, a abertura para o tráfego de todas as
255 pessoas, aberto a todos os usuários. Em síntese, esse é o procedimento que será
256 observado aqui. Essa Audiência Pública, então, como eu disse, só para frisar, ela tem
257 esse objetivo e é um espaço para que, gente? É para esclarecer dúvidas, recolher
258 críticas, sugestões sobre os impactos ambientais, é o momento de participação e de
259 consulta à população. Ela não pretende ser um espaço deliberativo, a decisão não é
260 tomada aqui, a decisão é tomada por meio de um parecer técnico, por meio da
261 manifestação técnica e, obviamente, por meio do Presidente do Ibama e dos seus
262 Diretores, que avaliam aquele projeto e observam se ele tem todas as condições
263 necessárias para receber uma licença. Como disse, licença prévia não vamos repetir
264 aqui, licença prévia, licença de instalação, algumas figuras importantes, por exemplo,
265 autorização de supressão de vegetação, que é um documento também importante no
266 pós-licença, assim, no pós-licença de instalação, licença de operação, que tem a
267 função de autorizar a operação do empreendimento. Aí me perguntam de novo: Ah,
268 acabou? Não, o Ibama está comprometido com esse empreendimento durante toda a
269 vida útil desse empreendimento a partir de quando ele tem uma licença. Então é claro
270 que o procedimento vai ficando mais simples, que os procedimentos metodológicos,
271 eles não são tão delongados assim, mas ele, de novo, o Ibama ainda é responsável
272 por esse empreendimento durante toda a sua vida útil. Principais preocupações do
273 Ibama, para finalizar, por que a gente faz todo esse procedimento? Porque a gente
274 está preocupado com os impactos ambientais e, não só os impactos ambientais
275 exclusivamente sobre fauna e flora, podem pensar: Ah, é um licenciamento ambiental.
276 Nós estamos preocupados também com as questões socioeconômicas, remoção de
277 população, das alterações econômicas que todo empreendimento de grande porte
278 traz para uma região. Obviamente, estamos preocupados com a questão da fauna e
279 da flora, da fragmentação dos fragmentos, da perda de remanescentes, da perda de
280 indivíduo de fauna aqui nas questões de rodovia super importante, não é? Um risco

281 muito grande de atropelamento de fauna, então nós queremos saber se o
282 empreendimento consegue controlar e consegue dar resposta tecnológica e
283 locacional suficiente para mitigar e minimizar esse tipo de impacto. Porque aí nós
284 estamos preocupados com a questão de, nessa área, muito importante, intensificação
285 de processos erosivos, isso é uma região de relevo super movimentada e processos
286 erosivos aqui não são triviais, a gente ver isso na pista inteira, aqui é só trafegar pela
287 BR 116 e por outras BRs, a gente vai ver focos de processos erosivos, a gente está
288 preocupado em empreendimentos de rodovia, isso é muito importante com a
289 possibilidade de comprometimento da qualidade de água e da qualidade das
290 nascentes aqui nessa região. Então são rols de impactos ambientais que nossa
291 missão é cuidar deles e cuidar que todos os impactos estejam bem previstos, não é?
292 Então nesses próximos passos esperem a emissão de um parecer técnico conclusivo
293 do Ibama. Por fim, espero que vocês tenham, tenha sido capaz aqui de mostrar um
294 pouco a síntese das principais preocupações e dos procedimentos. Gostaria de deixar
295 para vocês o nosso 0800618080, ela é a nossa Linha Verde também e funciona como
296 Ouvidoria, para quê? Para receber denúncias, para receber mais questionamentos,
297 se vocês eventualmente tiverem que fazê-lo. Ele é um canal auditável do Ibama, uma
298 vez feita a denúncia, ela garante o sigilo, o anonimato de quem o fazer, mas nos obriga
299 a dar uma resposta sobre isso, ok? Então é um canal de interação conosco aqui. Muito
300 obrigado a todos e espero que a gente tenha conseguido passar para vocês um
301 pouquinho do nosso processo de licenciamento ambiental.

302 **Mestre de Cerimônia** – Bom, neste momento, convidamos a Sra. Paula Tagliari,
303 representante da EPL, empreendedora responsável pela duplicação da BR 116 para
304 fazer a sua apresentação.

305 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Boa noite novamente. A Empresa de
306 Planejamento e Logística, então, ela é uma empresa pública vinculada ao Ministério
307 da Infraestrutura e nós temos como objetivo lá na nossa empresa prestar serviços na
308 área de projetos, de estudos e pesquisas destinada a subsidiar o planejamento da
309 infraestrutura e da logística dos transportes do Brasil. Lá nós não atuamos só com
310 rodovias, nós também trabalhamos com estruturação de projetos, licenciamento
311 ambiental e o planejamento de toda a logística também de ferrovias e portos. Dentre
312 as competências da nossa empresa, estão... Separei aqui algumas que têm mais
313 relação com o objeto da nossa audiência hoje, que é: *"Elaborar estudos de viabilidade*

314 *técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento*
315 *de projetos de logística e transportes. Obter licença ambiental necessária aos*
316 *empreendimentos nas áreas de infraestrutura e de transportes. E desenvolver estudos*
317 *de impacto socioambiental para os empreendimentos de transportes." Nós, então,*
318 fazemos o planejamento integrado, a estruturação de projetos e também estamos num
319 determinado momento como empreendedores no processo de licenciamento
320 ambiental. O nosso grande objetivo, então, é conectar pessoas, bens e serviços por
321 meio da logística nacional. Hoje aqui a gente está para falar, então, da rodovia federal,
322 BR 116 Minas Gerais, o objeto regularização e duplicação dessa BR, trecho Além
323 Paraíba, no quilômetro 0 até Divisa Alegre. O objeto aqui é divulgar para vocês,
324 conversar com vocês sobre o EIA/RIMA que foi desenvolvido pela consultoria,
325 contratada pela EPL, a STE, é um dos processos, uma das etapas do processo de
326 licenciamento ambiental. E estou aqui representando a Empresa de Planejamento e
327 Logística nesse momento como empreendedor. Aí um mapinha da localização. Na
328 apresentação do Aurélio, ele vai ilustrar melhor. Nós passamos aí com essa
329 duplicação por 39 municípios. A BR 116, ela faz a ligação de Fortaleza até Jaguarão
330 no Rio Grande do Sul, cruzando vários Estados, ela é uma rodovia extremamente
331 importante para o nosso país, ela é bastante estreita para o volume de tráfego, por
332 isso a necessidade desse trabalho que a gente está desenvolvendo agora para futura
333 duplicação. Há atualmente a presença de vários problemas, como condições ruins de
334 pavimento, sinalização deficiente, necessidade de contenção de encostas e
335 recomposição de barrancos. É com o início dessa obra essas questões começam a
336 ser amenizadas e ela também oferece risco aos usuários e às populações das cidades
337 as suas margens, então um projeto de duplicação, ele vem também para trazer maior
338 segurança para os usuários. Nos referindo agora às questões ambientais
339 propriamente, nós nos deparamos com diversos passivos ambientais, como as
340 erosões, os assoreamentos de cursos hídricos, escorregamento de taludes, é uma
341 região que propicia muito esse tipo de evento. Esses problemas, eles refletem
342 diretamente na flora e na fauna da região e também com a duplicação haverá a
343 correção com a tendência de minimizar essa atual pressão da rodovia sobre os
344 sistemas ecológicos e sociais. Falando um pouquinho do fluxo, mas não entrando tão
345 profundamente como o Rodrigo fez, eu trouxe aqui de uma maneira mais simplificada,
346 até para ilustrar para vocês o papel de cada entidade nesse momento. Então nós
347 estamos aqui para trabalhando para a obtenção da licença prévia, que trata da

348 viabilidade ambiental da localização e da concepção do empreendimento, então a EPL
349 encontra-se dentro desse processo. A futura concessionária, no próximo slide eu vou
350 explicar um pouquinho melhor isso, essa é que vai obter a licença de instalação
351 subsidiária pela elaboração do projeto com a obtenção da LI, então inicia-se a
352 implantação do empreendimento, bem como futuramente a operação. Como é que
353 funciona a estruturação de projeto e o fluxo das concessões do governo federal? Os
354 Ministérios e as agências reguladoras tem uma interação com o programa de
355 parcerias de investimentos, onde eles fazem uma seleção de projetos e eles os
356 priorizam. Nisso é feito um estudo de viabilidade, no caso da duplicação da BR 116
357 nós já ultrapassamos essa etapa. O Programa de Parcerias e Investimento na
358 qualificação desse empreendimento, se torna prioridade nacional os estudos de
359 viabilidade técnica, econômica, ambiental são desenvolvidos e há um aviso e um
360 acordo de concessão. A Agência Reguladora, no nosso caso aqui a Agência Nacional
361 de Transportes Terrestre, ela passa a fazer diversas audiências públicas, não como
362 essa que nós estamos fazendo hoje, porque essa é específica para apresentar o
363 relatório de impacto ambiental para vocês, mas ela faz consultas públicas a respeito
364 da estruturação do projeto da duplicação. E após isso, tanto os relatórios dessas
365 audiências, assim como esse nosso aqui também, eles vão ser submetidos ao
366 Tribunal de Contas da União, hoje nós temos uma previsão de enviar, todos esses
367 documentos, em junho de 2020. Após a avaliação e a auditoria do Tribunal de Contas,
368 vai haver uma aprovação dos resultados, vai ser realizada uma nova consulta também
369 e isso está previsto para novamente de 2020. Ultrapassando essas etapas, o
370 Ministério da Infraestrutura vai promover o leilão para a concessão e a previsão disso,
371 então, é dezembro de 2020, onde vai haver a publicação do edital, a realização do
372 leilão e a execução do contrato de concessão. Quais são os benefícios da concessão?
373 A recuperação do pavimento, recuperação das obras de artes especiais, recuperação
374 de sistemas de drenagem, de sinalização, de dispositivos de segurança e iluminação,
375 da faixa de domínio de terra plenos e estruturas de contenção em situação crítica,
376 manutenção geral das estruturas, a duplicação propriamente da rodovia e implantação
377 de vias marginais, viadutos, passagens superiores, interconexões, retornos em nível,
378 passarelas e a melhoria dos acessos. Além disso, o Programa de Redução de
379 Acidentes, manutenção da rodovia a conservação dela, o monitoramento, obras e
380 serviços emergenciais em caso de eventos extraordinários ou catastróficos,
381 implantação de sistemas de operação de comunicação e desobstrução imediata das

382 pistas de rolamento. Nessa etapa, então, a EPL, ela é a responsável por obter o
383 licenciamento prévio da duplicação, o Ibama é o órgão que conduz o processo de
384 licenciamento ambiental, a Agência Nacional de Transportes Terrestre é quem vai
385 fazer a regulação da futura concessionária e a concessionária é quem vai desenvolver
386 o projeto, obter a licença de instalação e executar a operação do empreendimento.
387 Esse tema, nas outras audiências que a gente fez de outros empreendimentos no
388 tema de desapropriação, foi um tema bastante abordado, onde surgiram diversas
389 dúvidas. Para essa audiência, então, eu trouxe um colega meu lá representante da
390 EPL também, Advogado, Gustavo Botrel, para explicar um pouco melhor para vocês
391 sobre o processo de desapropriação. Gustavo, por favor.

392 **Dr. Gustavo Botrel (Advogado/EPL)** – Muito obrigado, Paula. Agradeço a todos a
393 presença por terem me recebido e estarei aqui para poder nos apoiar e conhecer um
394 pouco do trabalho que foi desenvolvido pela EPL. E, dentro daquilo que me compete,
395 me pediram para fazer um pouco da explanação com relação àquilo que será a
396 desapropriação no caso da BR 116. Primeiro ponto que eu preciso esclarecer a todos
397 é o seguinte, com relação à BR 116, como ficou contemplado, o projeto é de
398 competência da futura concessionária. Então como a EPL vai atuar nesse momento?
399 A EPL, ela vai traçar diretrizes para essa execução e repassar tais diretrizes para a
400 Agência Nacional de Transportes Terrestre, a ANTT, que vai incluir isso no contrato
401 de concessão e depois vai caber a ela garantir, não só a execução, como fiscalizar se
402 aquelas diretrizes estão sendo seguidas ou não. Então a explanação vocês vão ver,
403 elas passam obviamente pelo regramento jurídico brasileiro, a gente não está
404 inovando nisso, o que a gente tenta fazer é tentar repassar para o contrato de
405 concessão garantias que tragam efetividade para a execução dessa desapropriação
406 que vai ficar a cargo da futura concessionária. O procedimento de desapropriação, ele
407 tem base constitucional, ele está inserido no Artigo 5º, inciso XIV e ele é um
408 procedimento que se lastreia no Decreto de Utilidade Pública no nosso caso aqui.
409 Uma vez declarada a utilidade pública do empreendimento, a ANTT, nesse caso, vai
410 expedir o Decreto que vai declarar determinados imóveis passíveis de
411 desapropriação. Esses imóveis, então, a partir desse momento da expedição desse
412 Decreto estarão sujeitos ao ingresso, a permitir o ingresso das autoridades
413 administrativas que farão os levantamentos dos bens que estão sendo atingidos,
414 identificação de benfeitorias para a montagem desses processos. Toda a base de

415 avaliação do processo de desapropriação também está fundado em normativos, no
416 caso a NBR 14.653 e ela é feita seguindo a localização e o tipo do bem que está sendo
417 desapropriado, se o imóvel é urbano, a avaliação será feita obrigatoriamente sob pena
418 de nulidade por um engenheiro civil e, no caso de imóveis rurais, será feita por um
419 engenheiro agrônomo. Já passei aqui. Aqui está basicamente as fases especificadas
420 aqui: expedição do Decreto de Utilidade Pública; Levantamento Técnico; Coleta de
421 Documentação. Uma vez identificado quem são os proprietários ou posseiros
422 daquelas áreas lindeiras que farão parte da faixa de domínio, você vai fazer a
423 identificação dessas pessoas e coleta de documentos. Verificado a possibilidade de
424 pagamento direto para aquela pessoa que comprovou obviamente a sua propriedade
425 e irregularidade documental, vai ser feita a proposta direta para ele e ele vai poder
426 aceitar ou não. Eu vou fazer uma pausa com relação ao procedimento para explicar o
427 caso dos posseiros, porque eu vi que é uma das preocupações do município, foi uma
428 das grandes preocupações que a gente recebeu ontem na Audiência Pública de lá e
429 eu acho que é importante a gente já deixar claro aqui. Com relação ao direito de posse,
430 ele vem sendo reconhecido, está sendo feito indenizações e a gente está
431 caracterizando, a gente tem visto essa caracterização por parte dos concessionários,
432 através de categorias, pessoas que residem na faixa de domínio ou pessoas que
433 produzem alguma coisa dentro da faixa de domínio ou que ocupam a faixa de domínio
434 de forma distinta de residência. Quem reside na faixa de domínio e passei identidade
435 com aquela localidade e já está lá há muito tempo, tem identidade social, participa,
436 efetivamente mora lá, o direito tem assistido essas pessoas, eles são tratados através
437 de deslocamento involuntário de pessoas e, normalmente, eles têm sido enquadrados
438 como reassentados. Compete, então, aí a algumas concessionárias adquirir uma nova
439 área, construir as casinhas e levar essas pessoas para lá. Ressalva que eu faço: tem
440 que ter, de fato, tudo comprovado, que reside lá há mais tempo, não pode ser tratado
441 como caso oportunista. Eu gosto sempre de lembrar aqui o caso da BR 101,
442 aconteceu lá Santa Catarina, aonde o Poder Judiciário determinou a realização da
443 perícia antropológica, para identificar a identidade dessas pessoas e o vínculo delas
444 com aquela localidade aonde estavam lá dentro, sem contar aí os recursos
445 tecnológicos que hoje existem de imagens aéreas, satélite, drones, que permitem
446 identificar uma ocupação recente que caracterizaria como oportunista ou algo mais
447 antigo que poderia ser reconhecido para fins de reassentamento. Com relação à
448 proposta feita, se aceita, é feito o acordo entre as partes, segue para escrituração,

449 pagamento, registro. Se não há possibilidade de aceite, ou seja, as pessoas não têm
450 condição de aceitar, porque não tem regularidade documental ou ela simplesmente
451 não concorda com os valores que foram ofertados, o processo segue para vias
452 judiciais. Com relação ao processo judicial, eu gosto sempre de lembrar que não se
453 trata de um processo aonde só um lado tem direito, é óbvio que o processo de
454 desapropriação, ele se vincula em princípios, como a superioridade, a supremacia do
455 interesse coletivo sobre o particular e o caminho dele é a efetivação da disposição por
456 ato de império, ou seja, ele é forçoso, não depende da vontade daquela que está
457 sendo desapropriado. Todavia, aquele que está sendo desapropriado, ele possui
458 direitos e um dos principais direitos que eu gosto de lembrar sempre é o seguinte, a
459 3365 de 41 permite que, mesmo que ele não concorde com o fator de avaliação, que
460 ele pleiteie o levantamento de até 80% daquela quantia que foi ofertada. Ou seja, ele
461 pode pedir o levantamento daqueles 80% e continuar se defendendo no curso do
462 processo, dentro do curso do processo vai ser feita a perícia, a avaliação, se lhe
463 assistir razão, caberá aí à concessionária complementar os valores e pagar as
464 indenizações devidas. Se não for apurado isso, se ele for, vier a ser condenado,
465 aqueles 20% que ficaram retidos são garantia do Juízo para pagamento do processo
466 e custas. Bom, aqui são os contatos, tanto meu, quanto da Paula, como eu disse, é
467 só uma explanação a respeito de como normalmente corre um processo de
468 desapropriação e as garantias que a gente tenta colocar e inserir dentro do contrato
469 de concessão, que será firmado junto com a futura concessionária para garantir e
470 ressalvar os direitos das populações aqui. Mais para frente a gente vai ter a fase de
471 debates aqui, se vocês quiserem traz um ponto ou outro, uma situação específica, a
472 gente vai poder comentar com um pouco mais de aprofundamento. Obrigado, gente.

473 **Mestre de Cerimônia** – Neste momento procederemos com a apresentação da STE,
474 mediante o Dr. Aurélio Chaves, Coordenador do Estudo.

475 **Dr. Aurélio Chaves (Coordenador do Estudo/Representante da STE)** – Boa noite.
476 Vou iniciar, então, aqui a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental para a
477 Duplicação da BR 116, nesse trecho que já foi apresentado nas outras, pelos outros
478 colegas, do quilômetro zero da Divisa de Alegre até o quilômetro 818 em Além
479 Paraíba. Essa apresentação vou tentar ser o mais objetivo possível, porque o estudo
480 é muito extenso, são muitas informações. O estudo está disponível na íntegra ali no
481 fundo do auditório, então quem tiver o interesse em consultar, em dar uma olhada, ele

482 também está disponível no site do Ibama. Então vou tentar ser objetivo, até para não
483 ficar muito cansativo e não me alongar muito no tempo. O empreendedor, no caso, já
484 foi apresentado pela Dra. Paula, é a EPL, que é a Empresa de Planejamento e
485 Logística e eu faço parte da equipe da STE, que é a Consultora contratada para
486 elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. Eu gosto sempre de iniciar essa
487 apresentação falando um pouco o que é o EIA/RIMA, apesar de já ter sido comentado
488 pelo Rodrigo, o que é o EIA/RIMA? Ele é um estudo utilizado para levantamento das
489 condições ambientais atuais, como que está atualmente, qual é a situação atual;
490 identificar essas possíveis mudanças e impactos ambientais, os impactos são essas
491 alterações ou modificações que o empreendimento, uma obra pode causar ao Meio
492 Ambiente; indicar soluções para evitar ou diminuir essas alterações negativas ou
493 indicar os benefícios, são os impactos positivos. É importante frisar isso, porque a
494 gente fala em impacto, impacto e tem, não existe só o impacto negativo, existe
495 também o impacto positivo. Então e geralmente o estudo também procura identificá-
496 los e formas, inclusive de que sejam aumentados, sejam mais beneficiados, não é?
497 Qual que é o objetivo e justificativa do projeto de duplicação da BR 116? Primeiro,
498 está embasado no fato da BR 116 ser esse importante corredor de integração
499 nacional, conforme já comentado pela Paula, que vai de Fortaleza até Jaguarão do
500 Rio Grande do Sul, lá próximo à fronteira do Uruguai. Cruza diversos Estados,
501 Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e vários outros. O objetivo
502 do investimento é essa execução das obras especificadas no projeto de melhorias e
503 duplicação. Justificativas são essas características atuais e negativas que a gente
504 observa da BR 116, que prejudica o tráfego de veículos e oferecem riscos aos
505 usuários e às populações que estão as suas margens. O que se espera como
506 benefício de um projeto como esse? Uma maior qualidade e segurança para os
507 usuários, isso é muito importante, a gente ver o volume de caminhões, de tráfego que
508 tem atualmente na BR e algumas situações de risco e soluções de longo prazo das
509 atuais condições ruins de traçado, pavimentos e de sinalização no trecho em estudo
510 como um todo. Aqui só voltando naquele mapa de localização que já foi apresentado
511 pela Dra. Paula, mostrando aqui o início do trecho na Divisa de Alegre, que é a divisão
512 com a Bahia, até Além Paraíba, divisa com Rio de Janeiro, totalizando
513 aproximadamente 818 quilômetros. Por ser um trecho muito extenso, um
514 empreendimento muito longo, no Estudo de Impacto Ambiental para facilitar essa
515 compreensão esse trecho todo foi dividido em 4 segmentos, um primeiro segmento

516 que vai aqui da divisa de Alegre até Catuji; segundo segmento que vai de Alegre, que
517 vai de Catuji até Alpercata; terceiro segmento que vai de Alpercata até Fervedouro e,
518 um quarto segmento, que vai de Fervedouro até Além Paraíba, ao final do trecho em
519 estudo. Todos os trechos foram contemplados, foi só uma forma de facilitar a
520 compreensão e os levantamentos e a discussão dos impactos. A essa área que foi
521 estudo, ela tem como características gerais: são grandes áreas rurais formadas por
522 florestas nativas, extensas áreas de pastagens e alguns pontos de reflorestamento.
523 Atividade econômica, a base dela é realmente a produção agropecuária. Quanto ao
524 acesso à socioeconomia, o que se observa? Atualmente há um quadro econômico de
525 carências, principalmente de emprego e renda e, como benefícios operacionais das
526 obras, se espera gerar emprego e renda, disciplinar e melhorar a segurança do tráfego
527 de veículos e melhorar o escoamento dos produtos a custos mais baixos de transporte
528 para o produtor. No caso aqui de Governador Valadares, ele está no segmento 2,
529 entre Catuji e Alpercata, esse segmento, assim como todos os outros, sempre
530 estiveram uma extensão média de 200 quilômetros, no caso do segmento 2 são 219
531 quilômetros. Características do segmento, estão dentro, está dentro um pouco
532 daquelas características gerais da área de estudo como um todo que são grandes
533 extensões rurais, muitas pastagens, a atividade econômica também voltada à
534 produção agropecuária, socioeconomia a gente tem aí 2 importantes polos nesse
535 trecho, que é Teófilo Otoni e Governador Valadares e o que se espera como melhorias
536 e duplicação? O DNIT já aponta condições de atenção no entroncamento com 3
537 importantes rodovias, a 259, a 481 e a 451, que aumentam os riscos de acidentes
538 nesses entroncamentos. Entrando aqui um pouco na descrição do empreendimento a
539 gente sempre começa pela apresentação das áreas de influência do empreendimento,
540 mostrando que essas áreas, elas são partindo da mais central, elas são, uma engloba
541 a outra, a gente pode dizer assim. Essa área menor é a área diretamente afetada, que
542 é a ADA, que aquela área de 40 metros a partir do eixo da rodovia para cada lado da
543 rodovia. A gente tem a área de influência direta, que é delimitada para cada ambiente
544 natural, ou seja, para estudos do solo, recursos hídricos, emissões atmosféricas foi
545 considerado 500 metros acima dos rios interceptados pela rodovia e 5 quilômetros
546 abaixo dos rios, ou seja, abaixo do Rio interceptado. Quanto à fauna, são os animais
547 silvestre e a flora, que é o que a gente chama de florestas e vegetação. No caso da
548 flora, 500 metros por eixo para cada lado da margem da rodovia e 5 quilômetros para,
549 no caso da... 5 quilômetros para cada lado, 5 quilômetros no caso da fauna, não é? 5

550 quilômetros para cada lado do eixo da rodovia. Para o meio socioeconômico foram, a
551 área de influência direta considerada foram todos os 39 municípios interceptados. Indo
552 para a área um pouco mais abrangente, que é a área de influência indireta os limites
553 foram definidos com base na extensão dos impactos, ou seja, só depois do
554 diagnóstico, depois da avaliação de impactos que a gente definiu essa área. No caso
555 do meio biótico, 10 quilômetros para cada lado da BR, meio físico foi considerada a A
556 e D somados os acessos e áreas de apoio às obras. Meio socioeconômico os 39
557 municípios assim como no caso da A e D. A área que engloba todas essas áreas,
558 todas as demais áreas é a que a gente chama de área de influência total, que são os
559 39 municípios interceptados. Ainda na descrição do empreendimento, vou passar
560 rapidamente sobre algumas características do PER, que é o Programa de Exploração
561 da Rodovia. O PER é um documento também muito extenso, bem amplo, que não é
562 o foco principal aqui da audiência, ele está como anexo ao Estudo de Impacto
563 Ambiental e também ele está disponível para consulta na ANTT, no próprio site do
564 Ibama, não é? O que está previsto dentro desse PER? 26.700 metros de vias
565 marginais, 100 acessos, 64 intersecções, 47 passarelas e 8 pedágios nesse trecho.
566 O que a duplicação prever ainda? A construção de uma nova pista ao lado da atual,
567 ou seja, na ADA, que foi aquela área que eu apresentei de 40 metros para cada lado,
568 não é? Ou seja, essa duplicação, ela será separada por canteiro central em sua
569 grande parte. Atualmente dos 818 quilômetros, apenas 1,7 estão duplicados, ou seja,
570 serão objetos de intervenções físicas 816,4 quilômetros de duplicação ao longo do
571 contrato de concessão. Então o contrato que vai prever a forma como vai ser feito
572 essa duplicação, terceira faixa, essas intervenções físicas, de acordo com o que
573 chama, que é o termo considerado, que chama gatilho, que é, aumenta a quantidade
574 de veículos e você tem que fazer alguma intervenção que comporte aquele aumento.
575 A duplicação também prever uma grande absorção de mão de obra, a gente estima
576 que o contrato, o processo estima chegar até 10 mil empregos diretos e indiretos,
577 então realmente é uma absorção de mão de obra significativa. Estão previstas
578 também correções geométricas de traçados, ou seja, aquelas suavizações de curvas.
579 Implantação de viadutos e passagens inferiores, interconexões, retornos em
580 desníveis, passarelas e melhorias de acessos. Os estudos e projetos para avaliação
581 de contorno de perímetros urbanos. Então o projeto vai definir, vai detalhar melhor
582 essa possibilidade de contorno em áreas fortemente impactadas pela Operação atual
583 da BR, como, por exemplo, a própria Governador Valadares, Teófilo Otoni e

584 Caratinga. Aqui só para exemplificar um pouco sobre o que eu falei sobre a descrição
585 do empreendimento, por exemplo, no caso de terceira faixa estão previstas faixas de
586 rolamento de 3 a 3 metros e meio e acostamento de 1,2 a 1,5 metros. Aqui também
587 as dimensões básicas do Projeto de Duplicação, quando há a possibilidade de
588 implantação de canteiro ele tem dimensão prevista de 7,8 metros, duas pistas de 3,6
589 metros, acostamento de 2,5 metros. Quando não é possível a implantação do canteiro
590 central, devido a uma dificuldade de espaço físico em áreas urbanas, é prevista a
591 implantação de barreiras New Jersey, por exemplo, de 0,6 metros, mantidas as outras
592 dimensões apresentadas no slide anterior. Entrando um pouco agora no enfoque
593 realmente do Estudo de Impacto Ambiental e dessa audiência. Aqui só para
594 exemplificar, não vou ler todos os itens, até para não ficar muito cansativo, mas só
595 para mostrar que realmente o Estudo de Impacto Ambiental é um estudo muito
596 abrangente, por isso que requer uma equipe muito grande, multidisciplinar, a gente
597 faz levantamentos e estudos dentro do meio físico, biótico e socioeconômico. Meio
598 físico, por exemplo, está ali o clima, questão da Geologia, geomorfologia, as cavernas,
599 meio biótico a fauna, a flora, unidade de conservações, meio socioeconômico toda a
600 caracterização populacional, condições de saúde, doenças, estrutura produtiva. Então
601 realmente é bem abrangente, não é? Passando um pouco agora para os resultados
602 que o Estudo de Impacto Ambiental teve, vou fazer uma síntese desses resultados.
603 Caracterização do clima é prevista no estudo, então a gente ver predominantemente
604 o clima como úmido com estações secas de inverno e verão quente, chuvas
605 concentradas entre outubro e março e maior volume de chuvas entre maio e setembro,
606 aqui é o gráfico representando um pouco essa caracterização. Qualidade do ar
607 atualmente é considerado boa e está de acordo com as leis e normas nacionais que
608 estabelecem esses limites. Os índices mais elevados, como característica geral que
609 ocorre no Brasil como um todo que são nas cidades maiores nos próximos aos centros
610 urbanos, nos trechos da BR 116 devido a essa aglomeração de automóveis e
611 pessoas, não é? E isso atualmente, apesar disso, sem comprometer a qualidade de
612 vida da população. 2 aspectos que incomodam muito a população, que é o que a
613 gente gosta de apresentar também nesses eventos, que é questão de ruídos e
614 vibrações. Os ruídos foram medidos em 26 pontos, tentando ser o mais representativo
615 possível dentro do trecho. Geralmente esses pontos são próximos às escolas,
616 próximos às áreas mais sensíveis, escolas, hospitais, unidades hospitalares, não é?
617 O que foi identificado? Conforme pode ver na figura, os níveis de ruídos atuais já

618 ultrapassam os valores de referência permitidos, aqui a gente tem os valores de
619 referência, 50 decibéis diurno e 45 noturnos, eles, em sua grande maioria, já
620 ultrapassam os limites. Ou seja, a gente até espera, um dos objetivos é que com a
621 implantação, com a duplicação ser melhor em pavimento, ordena o tráfego, então isso
622 até melhora essa situação. Coloque alguma proteção contra ruído, então a ideia é que
623 isso seja melhorado, não é? Vibração foram 24 pontos, também seguindo as mesmas
624 características, pontos mais sensíveis, como escolas e hospitais. E quais são os
625 resultados? Que os índices todos estão abaixo dos valores de sensibilidade humana
626 e do nível de desconforto, ou seja, vibração não é um problema atual. Aqui só
627 exemplificando, são registros fotográficos feitos durante os levantamentos, não é? Um
628 outro aspecto que é estudado é a qualidade da água, a gente, foram feitas, foram
629 feitas coletas em vinte nove rios que cortam a BR 116, é uma malha amostral que de
630 forma que fique representativa da situação total do empreendimento. Nesses
631 resultados observados nesse gráfico aqui, 27 pontos do índice de qualidade da água,
632 de acordo com os parâmetros analisados é feito o índice de qualidade da água, 27
633 pontos são considerados como boa e 2, apenas dois pontos na situação de regular,
634 próximo até o limite de uma boa qualidade de água, que são um ponto em Caratinga,
635 no Córrego das Pedras e outro ponto o município de Padre Paraíso no Ribeirão São
636 João. Rapidamente falar um pouco sobre relevo, são quatro tipos principais de relevo
637 que são chapadas, planaltos e patamares, observados aqui nesse registro, Vale do
638 Rio Doce, as planícies, escarpas da Serra da Mantiqueira e Vale do Rio Paraíba do
639 Sul. Assim como comentada na apresentação do Rodrigo, a gente observa realmente
640 nesse trecho vários focos de processos erosivos, geralmente causados pela intensa
641 retirada da vegetação nativa que ocorreu ao longo dos anos, não é? Outro aspecto
642 importante são as cavernas, o estudo de Espeleologia, foram identificadas três
643 cavernas, todas no segmento 2, localizadas em distâncias variando de 42 já 289 m da
644 rodovia, essas cavernas estão todas no município de Caraií. Qual que é a indicação,
645 qual seria a solução construtiva para preservar? A duplicação da BR é com o desvio
646 a leste do traçado atual, com o distanciamento mínimo de 250 m da ADA, ou seja, 250
647 m mais uns 40 m, totalizando 290 metros de distância do eixo da rodovia de forma a
648 preservar essas cavernas. Aqui falando também um pouco sobre a vegetação, o
649 trecho está todo localizado dentro do bioma mata atlântica, essa é uma separação,
650 digamos assim legal, a gente identifica que característica de cerrado, de caatinga,
651 mas ele está dentro, o trecho está dentro de uma mata atlântica. Foram identificadas

652 321 espécies distribuídas em 68 famílias, muitas espécies aqui de árvores, 212 a
653 grande maioria, espécie de pequeno porte, espécie de arbustos, cipós, então estudo
654 é bem completo. A gente gosta de apresentar isso, que são, principalmente, as
655 espécies protegidas por lei, ameaçadas de extinção que são identificadas durante o
656 diagnóstico. Foram 221 árvores protegidas por lei, como, por exemplo, o Ipê amarelo,
657 Ipê Casquinha, Gonçalo Alves, Aroeira. São doze espécies de plantas ameaçadas de
658 extinção observadas nesse quadro, como a Garapa, o Cedro, Jequitibá, Jacarandá.
659 O empreendimento, ele sobrepõe 4 unidades de conservação, APAs Municipal de
660 Sussuarana, área de proteção especial, Córrego do Soberbo, que é a que está
661 representada na figura aqui, que fica localizado no município de Pedra Azul e André
662 Fernandes, área de proteção especial Rio de Todos os Santos, APA do Alto Mucuri.
663 Também sobrepõe que sete áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade
664 listadas aqui no estudo. Entrando ainda no meio biótico quanto à fauna, foram
665 estudados peixes, a Ictiofauna e insetos aquáticos no Rio São Roque, Ribeirão São
666 João, Rio Caratinga, Rio Manhuaçu e no Rio Glória estão indicados em azul aqui no
667 mapa. Foram estudados mamíferos, aves, répteis e anfíbios em quatro pontos
668 amostrais, uma Caatinga Arbórea no município de Pedra Azul, outra área de caatinga
669 em Águas Vermelhas, área de caatinga com a flora mente rochas em Pedra Azul
670 também e área de mata atlântica em Itambacuri. São esses pontos em verde aqui que
671 pode ser melhor observado. Desculpa aqui e aqui. Aqui é só para exemplificar um
672 pouco, são registros fotográficos dessas áreas, desses quatro pontos. Como eu falei,
673 às áreas variam desde biomas mais florestais ou não, como a própria caatinga. Aqui
674 alguns métodos utilizados para fazerem esses registros de amostragem de fauna,
675 muito interessante que eu gosto de apresentar que é armadilhas que a gente chama
676 de pitfall, ela tem um formato de Y, conduz o animal para cair no centro em um
677 recipiente e aí os animais são identificados, caracterizados e soltos, eu gosto de frisar
678 isso também, o estudo sempre prioriza a soltura em seguida dos animais, é isso que
679 acontece. Um outro exemplo aqui é o que a gente chama de armadilha fotográfica,
680 quando o animal passa na frente dela, ela faz o registro fotográfico desse animal.
681 Também foram utilizados métodos de gravação e vocalização de aves, observações
682 com binóculos, armadilhas, como Tomahawk, mas é uma espécie de gaiola e também
683 armadilhas de pegada, faz aquela área, uma parcela de areia, ela registra a pegada
684 do animal aqui e o especialista identifica qual é aquele indivíduo da fauna que passou
685 por ali. Aqui quanto às aves, também aqui só uma caracterização geral, a gente

686 observou que o ponto de escuta foi o que totalizou a maior quantidade de registros,
687 foram 4369 registros. Também foram utilizadas em redes para captura e posterior
688 soltura, que foram 228 aves de 67 espécies pertencentes a 61 famílias. Foram
689 registradas dentro desse conjunto 36 espécies de aves endêmicas, são aquelas em
690 espécies que ocorrem só em uma única região, são locais a gente pode dizer assim.
691 Dessas 33, 24 de mata atlântica, 8 de caatinga e uma de cerrado e 18 espécies de
692 aves ameaçadas de extinção, como, por exemplo, aqui o Tico-tico-do-são-francisco,
693 que está em destaque na foto aqui. Foram estudados também répteis e anfíbios, foram
694 39 espécies registradas na primeira campanha, foram duas campanhas para a
695 identificação desses animais, uma em período seco e outra em período chuvoso. Ou
696 seja, foram 39 nessa primeira campanha e trinta e uma na segunda campanha,
697 geralmente a campanha em época de chuva, ela tem uma maior quantidade de
698 registros mesmo, não é? Totalizando 46 espécies de répteis e 60... E quanto aos
699 anfíbios, 61 espécies na primeira campanha e 32 na segunda campanha. O que é
700 importante nesse universo que a gente gosta de frisar também? Que, durante esses
701 trabalhos, não foram registrados nenhuma espécie de répteis ou anfíbios a
702 ameaçados de extinção. Quanto aos mamíferos, vou passar rapidamente, foram
703 também registrados pequenos e médios e grandes... De pequeno porte, de médio e
704 grande porte, a gente ver também a riqueza da área, foram aqui 450 animais de
705 mamíferos de pequeno porte e 482 mamíferos de médio e grande porte. Quanto ao
706 de pequenos mamíferos, nenhuma espécie de relevante interesse conservacionista e
707 também nenhuma espécie em extinção. Já quanto a mamíferos de médio e grande
708 porte foram observadas espécies ameaçadas de extinção ou vulneráveis, como a
709 onça parda e a Jaguatirica e espécies vulneráveis, como o gato do mato e o Veado-
710 catingueiro, registrado por meio daquela armadilha fotográfica que eu havia
711 comentado. Também observou aí uma riqueza muito grande de peixes na área
712 estudada, foram 2285 indivíduos observados em 51 espécies, então a gente observa
713 realmente uma grande riqueza. Não foram observadas espécies raras durante o
714 levantamento primária, mas foram observadas assim, espécies exóticas, como
715 Barrigudinha, que é esse registro, Piaba e a Tilápia, que são espécies exóticas, que
716 não são da região. E uma espécie considerada como migradora que é a Piaba
717 vermelha. Quanto aos invertebrados aquáticos, são em sua grande maioria lavras e
718 insetos, foram 62 espécies encontradas divididas da seguinte forma, 82% de insetos,
719 12% de moluscos e 6% de Anelídeos. A gente tenta, a ideia é e se utilizar uma

720 linguagem acessível, que geralmente o público é heterogêneo, então o que são os
721 moluscos? São os caramujos, por exemplo, e Anelídeos? Minhocas... E aqui
722 exemplificando o registro de insetos, não é? O importante aspecto que é um cuidado
723 durante um estudo desse é a questão do monitoramento da fauna atropelada, foram
724 seis campanhas de monitoramento de fevereiro a julho de 2015. Aqui a quantidade,
725 aqui é um gráfico demonstrando a quantidade de animais atropelados por campanha,
726 a gente observa aqui uma maior quantidade, 83 indivíduos no mês de fevereiro.
727 Destrinchando melhor a esses resultados, o que a gente observa aqui? Que a grande
728 maioria dos animais atropelados são de aves, então 174 seguido de mamíferos. Por
729 isso que é importante a ideia de com base nesse estudo de atropelamento a indicação
730 de passagens de faunas silvestres. Com base nesse levantamento utilizando
731 métodos, o método consagrado, método estatístico, utilizando o programa SIRIEMA,
732 que é indicado pelo Ibama, foram propostas 14 passagens de faunas. A gente aqui
733 está falando só de passagem, não estamos citando aqui outros métodos de mitigação
734 do impacto na fauna atropelada, como placas educativas, sonorizadores, outros
735 dispositivos para diminuir a velocidade. Então existem outras medidas. Nesse caso
736 aqui a gente está falando de passagens realmente. Os locais dessas passagens estão
737 distribuídos ao longo de todo o trecho estudado, são esses pontos em verde. Como
738 eu falo, comprovado estatisticamente pelo, com base nos resultados das campanhas
739 de atropelamento. Falar rapidamente um pouco sobre a socioeconomia, foram
740 estudados todos os 39 municípios interceptados pela BR, dentre eles aqui Governador
741 Valadares. Na socioeconomia a gente faz também um estudo do patrimônio cultural e
742 arqueológico e o que foi observado? Que a região é muito rica, mas com poucos
743 registros arqueológicos na base de dados oficiais do IPHAN e do IBGE. Na pesquisa
744 bibliográfica a gente conseguiu identificar e obter conhecimento de ocorrências
745 arqueológicas, vestígios arqueológicos encontrados isoladamente nos municípios de
746 Pedra Azul, Manhauçu e Leopoldina, por exemplo. O estudo prever para contribuir
747 para a preservação desse patrimônio o programa de educação patrimonial, então ele
748 indica que a implantação do programa, que terá como objetivo disseminar o
749 crescimento e histórico, direcionar as comunidades aos trabalhadores. E, com isso,
750 contribuir para a preservação do patrimônio. Outro ponto importante também que é
751 tido um cuidado redobrado é a questão dos assentamentos de reforma agrária, foram
752 nos 39 municípios estudadas na parte de socioeconomia foram identificados 16
753 projetos de assentamento de reforma agrária. Área de estudo afunilando as áreas de

754 estudo que é a área de estudo considerada para esses levantamentos são três
755 quilômetros de distância do eixo da rodovia. Esse universo cai para quatro
756 assentamentos de projetos de assentamento de reforma agrária. Quando a gente fala
757 em área diretamente afetada, aí a gente identificou que apenas o PA Oziel Alves
758 Pereira, que está aqui em Governador Valadares, e o PA Surpresa no município de
759 Medina serão efetivamente impactados pela duplicação da BR com a possível
760 desapropriação de alguns lotes. Por que eu gosto de frisar aqui questão de possível?
761 Porque isso só vai ser definido quando da elaboração do projeto de engenharia, por
762 exemplo, a gente está falando aqui do PA Oziel Alves, pode ser o projeto de
763 engenharia, pode priorizar e a gente prioriza como indicação de terra nativa locacional
764 e tecnológica, vou mostrar mais à frente, que se utilize o lado contrário da localização
765 do projeto de assentamento. Existe a possibilidade dele ser, de sofrer desapropriação,
766 mas a ideia é que o projeto evite isso ao máximo. Agora quanto a descrição dos
767 prováveis impactos ambientais, passado o diagnóstico o que se observa? Que as
768 obras poderão provocar modificações meio ambiente, com isso é feita uma avaliação
769 de impacto que é realizada por meio da previsão das interferências em todas as fases
770 do empreendimento, planejamento, implantação e operação. A metodologia para
771 avaliação de impactos é feita a identificação dos aspectos ambientais que poderão
772 sofrer essas modificações e ações do empreendimento capazes de gerar
773 modificações no ambiente. Aí com base no diagnóstico ambiental são avaliados os
774 impactos nos diversos aspectos ambientais, nos aspectos ambientais mais relevante
775 como, por exemplo, meio fio, relevo, sócio, cavernas, recursos hídricos, qualidade do
776 ar, níveis de ruído. No meio biótico na vegetação, na fauna e nas áreas protegidas,
777 no meio socioeconômico no uso do solo, na população, na qualidade de vida dessa
778 população, no sistema viário, na economia. Então esses são os aspectos ambientais
779 utilizados para a avaliação de impacto. E essa avaliação, ela é feita com base em uma
780 série de critérios. É uma lista grande de critérios, como eu havia comentado, elas
781 estão bem explicadas, a metodologia é bem explicada no estudo. Eu vou só dar alguns
782 exemplos aqui de critérios utilizados para a gente ficar familiarizar e, se necessário,
783 favorecer a discussão e as dúvidas. Por exemplo, o impacto, um dos critérios é a
784 localização, se a impacto está na área de influência direta, na área de influência
785 indireta ou na área diretamente afetada. A natureza desse impacto, se impacto é
786 positivo, se ele é benéfico ou se ele é diverso ou negativo. Outro critério,
787 reversibilidade, se o impacto é reversível ou irreversível, magnitude do impacto que é

788 o grau de incidência do impacto sobre o fator ambiental estudada, ele pode ser de
789 grande magnitude, de mede a magnitude ou de pequena magnitude e, segundo essa
790 intensidade de transformação da situação preexistente do fator ambiental impactado.
791 Com base naqueles critérios, essa é a lista dos principais impactos observados para
792 o entendimento. Também não vou ler todos os citar todos, mas alguns exemplos, por
793 exemplo, a gente tem a questão da geração de um dos, esse é o impacto. Qual é a
794 descrição, qual é a avaliação desse impacto? Ele é um impacto negativo e temporário.
795 Qual seria a medida para controlar o impacto? Manutenção periódica das máquinas e
796 equipamentos da obra, evitar o trabalho noturno, monitorar e controlar as frentes de
797 obras. Mais à frente a gente vai ver que cada impacto descrito e avaliado tem medidas
798 de controle dentro de programas ambientais. Outros exemplos de impacto no meio
799 físico, degradação diárias de prestação de materiais de construção, ele é negativo
800 também, temporário e irreversível. Então qual seria a medida para controle desse
801 impacto? Uso de materiais de jazidas e pedreiras licenciadas e recuperação dessas
802 áreas depois após o uso. Outro impacto a questão de estabilidade de taludes e aterros
803 também negativo, temporário, porém reversível e com medida mitigadores ou de
804 controle, uso de máquinas e maquinário correto na abertura de taludes e aterros,
805 compactação dessas áreas, revegetação da área. Então realmente é uma lista muito
806 extensa. Um outro exemplo aqui entrando agora no meio biótico seria a redução de
807 espécie da flora, é um impacto importante que ele é negativo, permanente e
808 irreversível, como medida de controle a gente pode citar aqui e identificar antes do
809 desmatamento essas espécies protegidas que é o que é feito, que é um dos objetivos
810 diagnóstico e isso depois reforçado pelo inventário florestal, limitar o desmatamento e
811 a limpeza nas áreas ao estritamente necessário para reduzir a perda de espécie da
812 vegetação e executar o plantio compensatório de mudas da espécie nativa. Outro
813 exemplo do impacto no meio biótico, que é o lícitado, atropelamento de animais
814 silvestres, negativo, permanente e reversível. Conferia a medida de controle de
815 impacto? Implantação das passagens de fauna, como eu já havia comentado,
816 implantação de redutores de velocidades, quebra-molas, por exemplo, sinalização de
817 áreas onde ocorra a maior travessia de animais silvestres, sonorizadores. Então existe
818 uma gama de possibilidades de medidas para controle desse impacto. Alguns
819 exemplos de impacto no meio socioeconômico, aumento do fluxo populacional para
820 região, ele é negativo, temporário e reversível, então uma medida de controle seria
821 realizar a contratação da mão-de-obra local de forma a diminuir esse fluxo

822 populacional, divulgação imediata do preenchimento dos quadros funcionais em locais
823 apropriados. Outro impacto a gente falou em vários impactos negativos, mas um
824 impacto positivo seria o incremento na economia regional, que seria positivo,
825 permanente e irreversível. Como medida de controle ou para potencializar o impacto
826 positivo por meio da ampla conscientização dos trabalhadores e de suas famílias das
827 empresas ligadas às obras que utilizem o comércio e serviços locais. Então aumentar
828 o potencial desse impacto positivo importante. Outro exemplo de impacto no meio
829 socioeconômico é questão, a alteração ou destruição de sítios arqueológicos, que ele
830 é negativo, permanente e irreversível, uma vez perdido, não há mais recuperação.
831 Então qual seria a medida de controle? Realizar o cercamento dos sítios
832 arqueológicos identificados, resgatar os bens arqueológicos identificados e realizar a
833 atividade de educação patrimonial aos trabalhadores e população da região.
834 Conforme eu havia comentado, a lista de impacto é extensa, você tem a
835 caracterização dele e você tem algumas medidas de controle ou mitigadoras e elas
836 estão todas dentro de programas ambientais. O EIA, ele já sugere os programas
837 ambientais que vão ser detalhados em uma etapa posterior de obtenção de licença
838 de instalação. Então o que é sugerido, por exemplo? Subprograma de monitoramento
839 da qualidade da água, um programa de recuperação de áreas degradadas e passivos
840 ambientais, subprograma de controle de incêndios, de forma a preservação, dentro
841 do programa de proteção à flora, um subprograma de monitoramento da fauna. Então
842 é uma lista realmente grande de programas ambientais, não vou passar por todos,
843 são só alguns exemplos que a gente pode citar. Em seguida, um dos objetivos do EIA
844 é a apresentação de alternativas de duplicação da BR do empreendimento, ou seja,
845 com base nos resultados do diagnóstico e da situação atual a gente propõe
846 alternativas de traçado para preservar o meio ambiente. Como exemplo a gente pode
847 citar a implantação de vias marginais em centros urbanos e Barreiras New Jersey, que
848 aí você aumenta a utilização, o corte de vegetação, a lateral. Os desvios, dois desvios
849 de cavernas foram propostos daquela as cavernas que eu havia citado, elas são
850 apresentadas no estudo a leste do empreendimento. 14 passagens de fauna e
851 indicação de lá a duplicar de forma a preservar a vegetação nativa. Tudo isso é
852 representado no diagrama, é um diagrama muito grande, mas só para apresentar ali
853 para vocês. Aqui a gente tenha aberto e aqui a gente tem sugestões de lados a
854 duplicar. Quando está, quando é sugerido, quando são sugeridos os dois lados,
855 porque são características semelhantes ou iguais. Então o estudo indica essa

856 semelhança ou é indicado o lado sugerido a duplicar, de forma, ou a preservar a
857 vegetação com um recurso hídrico ou uma área de preservação e por aí vai. Não são
858 apresentados também todos os dispositivos ou as medidas mitigadoras de proteção
859 de fauna separados por tipo de indivíduo de fauna. Por fim, um dos objetivos também
860 do EIA é apresentar essa qualidade ambiental futuro da área, ou seja, são feitos
861 cenários com a não realização do empreendimento e com a realização do
862 empreendimento. Por exemplo, se realizar o empreendimento teria uma deterioração
863 das condições de pavimento. Qual é a ideia com a realização do empreendimento? É
864 melhores condições de tráfego, pista dupla, com maior segurança dos usuários,
865 diminuição de acidentes. Outro exemplo, inibição sem a realização do
866 empreendimento pode ocorrer uma inibição do turismo regional. Com a realização do
867 empreendimento, a gente espera um estímulo ao crescimento ao turismo e a criação
868 de melhores condições ao deslocamento regional dos turistas. Você acaba atraindo o
869 turista a conhecer a região, a se deslocar. Outro exemplo, sem a realização do
870 empreendimento teria o atropelamento de animais silvestres. A ideia com a realização
871 do empreendimento é a construção de passagens de faunas ao longo do traçado de
872 maneira a reduzir o problema, sinalização e fiscalização da rodovia. Por fim, a gente,
873 qual seria a conclusão que o EIA para as ou as conclusões que o EIA traz? Os
874 resultados identificados indicam que não haverá impactos ambientais significativos
875 dado histórico de ocupação e a alteração do meio ambiente, alteração do meio
876 ambiente original e atual que existe. Empreendimento dispõe de força para
877 reordenação das interferências nos municípios e, com isso, ele pode amenizar os
878 conflitos entre a comunidade e a operação da rodovia. Estima-se uma significativa
879 geração de emprego direto e indireto para a implantação e também após a
880 implantação, ou seja, após as obras durante a operação. Também é previsto o
881 aumento do número de trabalhadores remunerados que trará o aumento do comércio
882 impulsionando novas atividades, oferta de novos produtos e novos rendimentos. Outro
883 benefício é redução dos índices de acidentes e mortes, isso é muito importante, a
884 gente ver algumas condições realmente preocupante, a gente sabe que esse é um
885 aspecto importante a ser considerado e está na conclusão do estudo. Também que
886 novos investimentos proporcionarão a preservação e recuperação ambiental, como
887 exemplo aqui, que é um exemplo bem clássico e claro a questão das passagens de
888 fauna que proporcionam essa preservação. Como condição obrigatória para que isso
889 aconteça é que os programas ambientais sejam executados e que as sugestões de

890 alternativas de traçados sejam observadas nos projetos de engenharia, ou seja, que
891 o projeto de engenharia tenha o cuidado, o carinho de olhar as sugestões que foram
892 dadas de traçado e alternativas tecnológicas. E a importância do empreendimento
893 para aumento da mobilidade local, regional e nacional, essas são as conclusões
894 gerais. Qual é a conclusão final do estudo? Que o EIA conclui que a viabilidade do
895 empreendimento é atestada pelos resultados obtidos, desde que todas as ações e
896 recomendações sejam seguidas, os programas ambientais sejam implantados e que
897 haja a fiscalização dos órgãos governamentais quanto ao cumprimento das diretrizes
898 aqui estabelecidas. Essa é a conclusão final do estudo. Eu queria agradecer, tem de
899 ser o mais breve possível, mais sintético de forma a não ficar muito cansativo, mas
900 realmente o estudo é muito extenso. Então tentei ser o mais objetivo possível e agora
901 a gente vai ter também eu acho oportunidade de poder discutir um pouco mais, tirar
902 as dúvidas. Muito obrigado, deixo o meu contato aqui se alguém quiser entrar em
903 contato, tirar mais alguma dúvida, mas teremos também esse canal agora aberto aqui
904 junto com o Ibama, com o empreendedor para discutir um pouco mais sobre os
905 resultados do estudo. Muito obrigado.

906 **Mestre de Cerimônia** – Neste momento, passaremos a palavra ao presidente da
907 mesa, Dr. Rodrigo, para encerramento da primeira etapa da audiência.

908 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
909 Obrigado a todos. É muito assunto, muita informação. Nós já estamos com as nossas
910 ajudantes ali com os formulários. A gente vai fazer um rápido intervalo aqui de 10, 15
911 minutinhos para café que está servido aqui no fundo, muito tempo que a gente está
912 junto, mas quem já quiser preencher ou já trazer as questões para gente, no retorno
913 imediato a gente já vai formar a mesa e começar o debate, até para não se alongar
914 muito. Então convido a todos tão rápido café, um intervalo, um banheiro e na volta a
915 gente já passa para o momento de debates.

916 (Intervalo)

917 **Mestre de Cerimônia** – Neste momento convidamos para recompor a mesa o Sr.
918 Rodrigo Herles, representante do Ibama e presidente dessa audiência; a doutora
919 Paula Tagliari, da EPL, empreendedora responsável pela BR; o Dr. Aurélio Chaves,
920 coordenador técnico do Estudo de Impacto Ambiental.

921 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Está
922 bem, obrigado. Pessoal, vamos retomando aqui a nossa audiência pública para a
923 discussão do Estudo de Impacto Ambiental da duplicação e regularização ambiental
924 da BR 116, no trecho de minas. Queria só reforçar que as pessoas, a gente já recebeu
925 aqui algumas perguntas, que quem ainda deseja fazer o uso da palavra, mesmo que
926 oral, registre, por favor, em formulário para gente poder ir chamando as pessoas. Toda
927 a audiência pública é gravada e ela vai ser anexada ao processo de licenciamento
928 ambiental e fica, então, compondo esse procedimento. Vamos retomando aqui, eu sei
929 que o café estava bem gostoso, todo mundo está firme e forte, o cafezinho estava
930 muito bom. Então muita energia aí para gente continuar nesse debate. Já vamos
931 passar aqui para as questões orais. Nós recebemos aqui já algumas perguntas, eu
932 vou começar com uma única inscrita que a gente recebeu, começar por ela e depois
933 a gente passa para a rodada oral. E enfim, vamos aproveitar o máximo que pudermos
934 aí neste momento. A primeira pergunta foi feita pela Ivana Reis: "Gostaria de saber
935 quanto à instalação e operação dos pedágios, de quanto será a localização das
936 praças, se tiver essa informação, a estimativa de valores e quando irão começar a ser
937 operadas?" Eu acho que a pessoa mais adequada para comentar esse assunto é a
938 Paula, não é?

939 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Boa noite, Ivana. Quem que... Essa,
940 relativo a essa informação, Ivana, isso é mais apropriado para a Agência Nacional de
941 Transportes Terrestres, ela passa as diretrizes de projetos no ano de exploração
942 rodoviária e a gente vai ter essa informação mais detalhada no ato da execução do
943 projeto executivo mesmo, está bom? Não é novo perfume de impacto ambiental.

944 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Ok. Mais
945 alguma questão que você gostaria de tocar? Ok. Eu estou separando aqui, a gente,
946 pela ordem que chegou então não sei quem chegou primeiro, assim está na ordem,
947 não é? Obrigado. Gostaria de chamar o Rodrigo Wesley. Ele está presente? Para
948 fazer o uso da palavra, você tem três minutos para formular a questão, Rodrigo,
949 obrigado.

950 **Sr. Rodrigo Wesley** – Boa noite a todos. Uma das perguntas seria a pergunta que já
951 havia feito, mas complementando a pergunta, sobre essa instalação dos pedágios.
952 Foi feita algumas das proximidades das cidades? Por exemplo, onde eu represento

953 Alpercata se colocar no intervalo de Alpercata e Governador Valadares dificulta muito
954 a nossa cidade, devido que hoje a gente migra praticamente 60 a 70% de todas as
955 necessidades para a cidade. Foi feito um estudo em cima de sair, das proximidades
956 para tentar apurar e não ferir tanto assim que os direitos dos munícipes?

957 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Na estruturação de projetos, que é
958 uso bem inicial, um estudo de viabilidade técnica e econômica também, se faz um
959 diagnóstico sobre fluxo, sobre o tráfego em sobre essas localizações, mas no ato da
960 refeição mesmo que se faz uma avaliação mais aprofundada para a definição desses
961 pontos.

962 **Sr. Rodrigo Wesley** – Ok, eu agradeço aí e eu sinto assim, eu fico triste por não ter
963 mais representatividade de outros municípios, porque, uma vez que a gente vai afetar
964 a dentro do nosso município, e acho que faltou um pouco de interesse público das
965 demais cidades que acredito que tenham sido todas convidadas para participar.
966 Mesmo assim eu agradeço aí, um forte abraço.

967 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Eu
968 queria comentar um pouquinho, até ajudar a Paula nessa questão, assim, a ANTT,
969 que é a agência que regula o transporte e também um ente concedente das
970 concessões, no caso de rodovias, ela fará uma série, ela sempre faz uma série de
971 audiências públicas, algumas audiências públicas para tratar exatamente sobre
972 algumas coisas que são inerentes ao projeto executivo. Por exemplo, intercessões de
973 rodovias, aonde é que vai ou não vai ter uma obra de arte, um viaduto, uma ponte,
974 uma coisa diferente e também terá o momento para discutir a localização de pedágio
975 e valores. Então pediria que vocês ficassem bastante atentos aí no site da...

976 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Foi uma boa lembrança mesmo,
977 Rodrigo, toda a concessão que é realizado no site da própria Agência Nacional de
978 Transportes Terrestres você vai ter lá todas as informações dos estudos realizados e
979 os próprios estudos disponibilizados para a população, além de dados de audiência
980 de uma minuta de edital, de contratos. Então se é de interesse é importante
981 acompanhar o próprio site da ANTT que ela disponibiliza absolutamente todos os
982 documentos mesmo.

983 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Perfeito.

984 Tranquilo? Queria chamar Urialisson Queiroz, por favor.

985 **Sr. Urialisson Queiroz** – Boa-noite, é Urialisson.

986 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Perdão.

987 **Sr. Urialisson Queiroz** – Não, tudo bem. Tranquilo. Minha pergunta em relação a
988 questão da fauna, das passagens de fauna, qual foi a metodologia e o critério para
989 estabelecer aquele número, se não me engano era 14 passagens de fauna, se não
990 seria o número pequeno, em virtude do tamanho da extensão da rodovia? Visto que
991 até, por exemplo, em um trecho da BR 381 tem vinte passagens de fauna. Então
992 queria saber qual o critério para estabelecer, se isso vocês consideram representativo,
993 se isso é passível de ser alterado em algum momento, de ser ampliado? Obrigado.

994 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Perfeito,
995 acho uma excelente pergunta. Vou passar aqui para o Aurélio para fazer um
996 comentário mais específico.

997 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – A metodologia utilizada, eu coloquei
998 ali, são aquelas seis campanhas de monitoramento, ou seja, são seis meses
999 contínuos de monitoramento. Com base nos resultados, nos registros, é utilizado um
1000 programa estatístico que é utilizado, que é ou SIRIEMA, então aquela definição
1001 daquelas seis passagens são, com base no resultado estatístico o do Programa
1002 SIRIEMA. Se tem continuidade, eu acho que vale a pena comentar que durante a
1003 continuidade do processo de licenciamento geralmente são imprevistos acho que mais
1004 de seis campanhas e fechando um ano de monitoramento, o que o processo prevê.
1005 Para a etapa de licença prévia o exigido são essas seis campanhas. Com base no
1006 resultado dessas seis campanhas adicionais, totalizando um ano, geralmente ela é
1007 contínua, então se a gente terminou aqui de fevereiro a julho, ela reinicia em agosto,
1008 não importa o ano, mas geralmente ela tem essa continuidade, pode ter alteração
1009 realmente no resultado e na indicação das passagens de fauna, não é? Agora, o que
1010 é importante frisar? A gente está falando de 14 passagens de fauna indicadas,
1011 imagina, ainda existe uma gama de medidas mitigadoras adicionais que permitem
1012 também a preservação da fauna, como eu comentei, placa educativa, sonorizador,
1013 então existem outras coisas previstas e sugeridas que o projeto avalia também.

1014 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Queria
1015 só lembrar, e complementando, que o processo de licenciamento ainda está em
1016 andamento, então tem uma licença emitidas, apesar de já ter dois pareceres, pelo
1017 menos dois pareceres avaliando o EIA/RIMA. Todas as medidas que são sugeridas
1018 ali pelo empreendedor ainda estão sob avaliação do próprio Ibama, então ainda é
1019 possível, mesmo dentro, mesmo sem fazer uma campanha, que essas passagens de
1020 faunas sejam, por exemplo, ampliadas, não há nenhuma possibilidade disso
1021 acontecer. E o processo também é dinâmico, na medida em que o empreendimento
1022 vá se instalando detectar a necessidade de ampliação também, é possível disso, ou
1023 redução ou enfim, ou mudança de layout, designer do que for necessário para
1024 aprimorar a medida mitigadora ainda é possível de ser contemplado dentro do projeto
1025 de licenciamento. Ok? Perfeito. Tranquilo? Queria chamar o coronel Albino, Diretor de
1026 Meio Ambiente aqui do município, obrigado pela presença. É preciso levar o microfone
1027 para ele, por favor. A gente sempre pede para falar, porque está sendo tudo gravado,
1028 para gente é mais fácil de registrar.

1029 **Sr. Luiz Carlos Albino (Diretor da Secretaria de Meio Ambiente e Presidente do**
1030 **CODEMA)** – Boa noite. Sugerir fazer mais uma audiência dessa, porque o café estava
1031 muito bom. Minha pergunta é para o Aurélio, é o seguinte, aqui Valadares a gente tem
1032 a ponte de São Raimundo, uma ponte extensão, salve memória, ela tem uns 500 m
1033 de extensão e está muito, o tráfego também muito já carregado. E eu queria perguntar
1034 o seguinte, o seu Estudo de Impacto Ambiental verificou para amenizar o impacto ali
1035 durante a construção, que naturalmente vai haver uma duplicação, se foi verificado a
1036 possibilidade e a viabilidade técnica de fazer uma transposição sobre o maciço da
1037 represa de Baguari, que fica a montante? Uma vez que já tem um estudo mais antigo
1038 aí, eu li a conclusão dele, disse que existe a viabilidade técnica de utilizar, transpor ali
1039 ligando a margem direita do rio à margem esquerda, isto é, ligando a rodovia 116 a
1040 381 e diminuindo o tráfego aqui durante a construção e permitindo já a subida para
1041 Belo Horizonte, Ipatinga e evitando passar pela área de construção. Existe, isso foi
1042 contemplado?

1043 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Ótima
1044 pergunta.

1045 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Eu acho até que essa avaliação seria

1046 mais a realmente na etapa de projeto, o que é feito é toda a caracterização ambiental
1047 no trecho percorrido e já é apresentado no próprio PER uma possibilidade de
1048 contorno. Então isso seria mais um aspecto de detalhamento de projeto para a
1049 próxima etapa do projeto executivo mesmo, não seria nem uma questão do estudo de
1050 impacto. Eu acho que a ideia esse, não sei se quiser fazer uma complementação.

1051 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Eu
1052 gostaria sim. Esse é um modelo de licenciamento bem inovador assim, um pouco
1053 diferente do que a gente estava acostumado. Como sempre tem coisas positivas e
1054 questões que a gente precisa pensar sobre eles. Antigamente a gente licenciava muito
1055 com base em projetos executivos assim, mais avançados para licenciar uma rodovia,
1056 isso era bom, porque a gente conseguia trazer algumas respostas pontuais, por
1057 exemplo, se perguntarem como é que vai ser o tipo de retorno, tipo de viaduto utilizado
1058 para alguma... O projeto era mais fácil de dar essa resposta. Era ruim, porque às vezes
1059 o processo de licenciamento demorava demais e quando de fato ia executar a obra já
1060 estava com o projeto defasado então você tinha que fazer quase tudo. Então sempre
1061 é uma perda e ganho, perder e ganhar. Hoje a gente está licenciando esse
1062 empreendimento e alguns outros com base no conceito mais geral de corredor
1063 preferencial para fazer a execução da duplicação. Isso dá maior flexibilidade para o
1064 projeto, mas nos traz uma dificuldade em um momento tal como esse de dar respostas
1065 mais específica de projeto. Então queria fazer esse comentário assim, porque de fato
1066 tem uma dificuldade. Então o que a gente está licenciando aqui é um traçado
1067 preferencial com alguma liberdade para fazer ajuste dentro do projeto executivo, aliás,
1068 com muita liberdade, acaba favorecendo o futuro empreendedor, a pessoa que vai
1069 executar de fato projeto executivo e depois de instalar a duplicação de ter uma
1070 liberdade maior de projetar soluções mais aderência à realidade. Então, como o
1071 Aurélio colocou, nesse momento fica difícil de dar esse tipo de solução, o que será
1072 feito aqui é constar na nossa ata essa sugestão bem, já peço para fazer a anotação,
1073 a ANTT vai ter ciência desse tipo de sugestão e certamente dentro do projeto
1074 executivo retomar essa discussão para fazer uma discussão mais específica. E aí
1075 orientar e também as autoridades locais que interagissem com o futuro empreendedor
1076 para buscar essa solução que seja ambientalmente mais adequada, as soluções que
1077 venham no futuro o papel do Ibama é dizer quais são as conseqüências ambientais
1078 da solução do futuro. Então procurar a solução mais adequada para o contexto

1079 específico de Governador Valadares, já considerando esse traçado preferencial
1080 licenciado. Não sei se eu fui suficientemente claro para indicar essas dificuldades que
1081 a gente tem nesse momento de dar uma resposta mais preciso.

1082 **Sr. Luiz Carlos Albino (Diretor da Secretaria de Meio Ambiente e Presidente do**
1083 **CODEMA)** – Não, tudo bem, então o futuro aí, porque o estudo que eu li é uma largura
1084 de 7 m, permitir a passagem de veículos de pequeno porte e utilitários e isso vem
1085 mitigar mesmo todo o impacto que a gente sofrer aqui na ponte, mas tudo bem.

1086 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Então
1087 assim, tudo que foi discutido, ele faz parte do processo de licenciamento ambiental e
1088 o empreendedor futuro vai saber, pelo menos vai ter acesso aos documentos e ainda,
1089 olha, tem uma preocupação em Governador Valadares sobre a solução que vai ser
1090 dada nesse trecho da transposição da ponte, da ponte São Raimundo. Tem uma
1091 sugestão lá, não sei se ela é viável do ponto de vista de engenharia, isso vai ter que
1092 ser discutido, mas certamente essa sugestão vai estar registrada para que ele retome
1093 a discussão com as autoridades locais aqui de como faz essa solução específica. E
1094 aí é para todo o trecho, o projeto vai ter essa liberdade de avançar, era um problema
1095 muito difícil, o empreendedor já ganhava uma obra com o licenciamento muito
1096 enrijecido e às vezes essas soluções de projeto na fase de licença prévia não eram
1097 as melhores soluções, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista
1098 ambiental e ele ficava limitada por um licenciamento, tinha que mudar esse
1099 licenciamento, passar por uma nova avaliação. Então esse modelo mais conceitual,
1100 ele traz uma desvantagem obviamente não dá resposta, mas traz uma vantagem de
1101 ter mais flexibilidade para o desenvolvimento do projeto. Ok, coronel? Obrigado
1102 demais pela presença, viu?

1103 **Sr. Luiz Carlos Albino (Diretor da Secretaria de Meio Ambiente e Presidente do**
1104 **CODEMA)** – Muito obrigado.

1105 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – E aqui vale também a sugestão de
1106 acompanhar as audiências da ANTT, que são audiências onde se voltam mais o
1107 detalhamento para o projeto, para as diretrizes de projeto e aí vale também a
1108 consideração do senhor e as demais.

1109 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –

1110 Obrigado, viu? Queria chamar o José Santana Junior para fazer o uso da palavra.

1111 **Sr. José Santana Junior (Prefeito de Dom Cavati)** – Boa noite, ficar de pé para
1112 consegui visualizar todos da mesa. José Santana Junior, prefeito de Dom Cavati. De
1113 antemão, parabenizar pela realização desta audiência, nós que somos gestores e
1114 passamos por tantas dificuldades então a importante a gente está presente em todos
1115 os momentos e esse é o momento talvez mais importante até do que a própria
1116 execução no futuro, que é aqui que a gente vai lutar para conseguir os direitos dos
1117 nossos cidadãos nas nossas cidades. A minha dúvida principal, eu sei que é um
1118 projeto ainda, um estudo ambiental para licenciamento da obra, então não sei se ainda
1119 vai ter essa resposta também como você mesmo mencionou das dificuldades. A
1120 minha cidade, como outras também, nós temos, eu tenho cerca de 1 km de perímetro
1121 urbano com diversos congressos a margem, tem uma pista lateral a rodovia 116, então
1122 tem diversos comércio e residências ao longo desse km de perímetro urbano. Como
1123 que foi feito esse estudo pensando também nessa questão dos municípios que são
1124 margeados, tem que ter o comércio também como principal às vezes fonte também
1125 de giro financeiro para a cidade. Então queria ver se vocês têm também alguma
1126 resposta para essa questão.

1127 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Claro,
1128 quem se habilita? Opa, vou passar a palavra.

1129 **Interlocutor não Identificado** – Além de quantitativos referentes a imóveis afetados,
1130 que espécie de exploração comercial, potencial econômico esses levantamentos
1131 preliminares que foram feitos para fins de caracterização daquela área potencialmente
1132 afetada leva-se em consideração, obviamente, a questão do risco, tanto para o tráfego
1133 quanto para as pessoas que lá residem? Então assim, todos esses dados são
1134 levantados, são apresentados para o futuro concessionário, que vai chegar a debater
1135 obviamente também através das audiências públicas dentro da proposta de projeto
1136 dele ou eventuais contornos para o município, ou a utilização de... Eu me parece que
1137 a gente passou lá em Dom Cavati hoje, eu não lembro se foi até lá que eu falei que
1138 talvez ali fosse caso de implantar uma trincheira a lei dentro da cidade, se fosse o
1139 caso, mas seria um impacto menor até para não retirar ninguém.

1140 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Essas

1141 situações assim, elas ainda estão no momento de identificação de potenciais, riscos
1142 impactos, não é? Essas contribuições que cada um de vocês estão identificando,
1143 porque quem reside aqui é que conhece a realidade, vocês sabem, por exemplo, qual
1144 seria o melhor trajeto, qual seria a melhor possibilidade, vocês têm o interesse. E,
1145 como a doutora Paula colocou, vocês já podem contribuir com essa estruturação de
1146 projetos, na medida que vocês podem sugerir a ANTT que observem essas
1147 especificidades que vocês aqui, futuros usuários, têm esse conhecimento que só
1148 vocês têm aqui. É muito mais fácil assim, muito melhor, acredito eu, que vocês possam
1149 contribuir desde a formação a concepção desse projeto ao invés de aguardar uma
1150 proposta de solução que talvez não venha a coincidir com os interesses da localidade.
1151 Então assim, acredito que essa preocupação deva ser registrada de fato elevada a
1152 conhecimento.

1153 **Interlocutor não Identificado** – E existiria a possibilidade desse 1 km lá de perímetro
1154 urbano ser apenas recuperados o pavimento e não ser objeto de duplicação?

1155 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Essa
1156 informação realmente não sei, não sei se precisar, porque vai depender do que estiver
1157 dentro do contrato de concessão, dentro do contrato de concessão assim, dentro de
1158 uma normalidade de acordo com a modelagem das concessões que vêm sendo feitas
1159 atualmente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, você tem o atingimento
1160 de determinados gatilhos para que aquele trecho venha a ser de fato duplicado. Então
1161 eu não sei se haveria o enquadramento desse trecho e para que ano ou etapa desse
1162 eventual contrato, desse plano de exploração rodoviário, isso estaria previsto. Mas eu
1163 volto a dizer que assim, tanto a minuta do plano de exploração rodoviário, quanto às
1164 propostas e de contratos são disponibilizadas e vão ser objeto de discussão em
1165 audiências públicas e, assim como a gente está fazendo aqui na matéria ambiental
1166 seria de bom tom que vocês participassem também e fizessem lá as propostas de
1167 adequação, tanto do plano de exploração, tanto do contrato de concessão, se a
1168 municipalidade tem interesse que lá não seja, por exemplo, área de afetação, que se
1169 constasse isso para fins de consideração do plano de exploração.

1170 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Só um comentário, a gente percebe
1171 que compreende, absolutamente compreensível que a maior parte das dúvidas, elas
1172 estão voltadas para as questões de projetos de fato, o que muitas vezes a gente não

1173 consegue, talvez nem possa responder para os senhores, porque não faz parte do
1174 contexto específico desta audiência. Mas é um tema que é abordado pela Agência
1175 Nacional de Transportes Terrestres e, mais uma vez, deixar registrado aqui que os
1176 senhores acompanhem de fato todo o processo que se encontra lá no site.

1177 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) –**
1178 Obrigado, prefeito, obrigado pela presença, está bem? Queria chamar o meu colega
1179 Murillo, agradecer a presença dele aqui, chefe do escritório do Ibama na região de
1180 Governador Valadares, então toda dificuldade que vocês tiverem com o Ibama e que
1181 vocês já sabem que procurar, vai ser o Murilo ou o Luciano, preferencialmente o
1182 Luciano. Então está bom.

1183 **Sr. Murilo Araújo (Representante do Ibama de Governador Valadares) –** Boa noite
1184 a todos. Eu e o Luciano, nós estamos na direção do escritório de Governador
1185 Valadares, do Ibama, nós temos uma abrangência de 176 municípios, então
1186 praticamente todo o trajeto a ser melhorado e duplicado vai estar dentro da nossa
1187 atuação. E eu queria deixar aqui, só para complementar o que o Rodrigo falou no
1188 início, que o processo do licenciamento conduzido pelo Ibama, ele é um processo
1189 público e o processo administrativo, ele é eletrônico. Então qualquer cidadão, qualquer
1190 entidade que quiser ter acesso ao processo, é só entrar no processo do Ibama, fazer
1191 a inscrição, tem toda a facilidade. E você com o acesso ao processo eletrônico, você
1192 vai acompanhar em tempo real, então quando, ou também poder peticionar igual está
1193 sendo incentivado aqui aos prefeitos, as entidades para propor as melhorias no projeto
1194 ou soluções, principalmente, na questão ambiental. E então você vai acompanhar em
1195 tempo real esse andamento, então quando surgiu um documento, quando o Ibama
1196 emitir um parecer você vai estar lá vendo esse documento aparecer na sua tela do
1197 computador e tem lá dentro do processo todo o estudo que o nosso colega da empresa
1198 falou que é enorme, então não teria como apresentar aqui, por isso que a ideia é
1199 apresentar só o relatório. Então é isso, é fácil que coloque lá no site do Ibama, é SEI,
1200 Serviço de Informação Eletrônica, então você vai fazer o cadastro e vai acessar. E é
1201 isso, obrigado a todos.

1202 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) –** Nossa,
1203 muito obrigado pela lembrança, só complementando, é isso mesmo, você cadastro
1204 como usuária no SEI, solicite acesso ao processo que poderá haver na íntegra, não

1205 só esse, qualquer processo que tenha tramitando dentro do Ibama ele é felizmente
1206 público e essa solução eletrônica trouxe muita facilidade e transparência para dentro
1207 do Ibama. Obrigado, Murilo, pela intervenção. Vou chamar o Renato, é isso? Por favor.

1208 **Sr. Renato Juarez Leite (Diretor da Unidade de Conservação da**
1209 **Prefeitura/SEMA/OAB)** – Boa noite a todos, é Renato Juarez Leite, eu sou Diretor da
1210 Unidade de Conservação da Prefeitura, da SEMA, e estou aqui também
1211 representando a OAB. Eu queria só fazer duas colocações, é rápido, primeiro eu
1212 queria que olhasse com bastante atenção à questão de cobrança do pedágio, a gente
1213 ver dezenas, várias dezenas de concessões aí que a empresa não faz nada e começa
1214 a cobrar o pedágio, isso é um negócio que tem que ficar bem claro, porque a BR 040
1215 foi devolvida, tem outras estradas aí. Então eu acho que tem bastante atenção a isso.
1216 Segundo, que eu até já conversei, eu sugiro, conversei com ele, que, isso não é
1217 novidade nos Estados Unidos e em outros países que a quem ganhar a concessão,
1218 ela tem que ter a seguradora um banco para garantir o cumprimento. Que às vezes a
1219 empresa faz uma proposta menor, aí confiante que vai ter aditivos, então isso é uma
1220 situação importante. Quem vai fiscalizar tudo? A seguradora ou o banco, não é? Então
1221 acho que essa questão desse seguro tem que ser realmente fazer parte dessa
1222 concessão. Obrigado.

1223 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
1224 Obrigado, senhor Renato. Acho que podia fazer um comentário, Paula, sobre
1225 pedágio?

1226 **Interlocutor não Identificado** – Doutor, tanto procede as suas alegações, que os
1227 contratos de concessão, diante desse atual governo, eles têm passado por uma nova
1228 modelagem jurídica. Esses contratos de concessão, ele já preveem dentro do plano
1229 de exploração rodoviário a necessidade de execução de determinadas obras, não
1230 necessariamente duplicação, pode ser a recuperação de pavimento, recuperação de
1231 terceiras faixas ou dentre outras possibilidades de engenharia para que se atinja o
1232 percentual mínimo para a implantação das praças de pedágio. Então, enquanto você
1233 não tiver atingido aquele percentual mínimo de execução, você não pode começar a
1234 instalar as praças de pedágio. E, com relação às garantias, o contrato, ele foi alterada
1235 exatamente para que não haja a possibilidade de se ter a devolução sem penalização,
1236 tal qual a gente de fato já presenciou e já viu em alguns outros empreendimentos do

1237 governo.

1238 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) – Não é?**
1239 Nova forma de fazer contrato de concessão e a gente espera que tenha sucesso em
1240 que os serviços sejam bem plantados e que os usuários brasileiros de fato tenham
1241 acesso a uma boa rodovia, que é o objetivo, eu acho que geral, do Ministério dos
1242 Transportes, aqui na EPL na sua parte de fazer o planejamento e de obter a licença
1243 prévia desse empreendimento. Queria chamar o Ivan para fazer o uso da palavra,
1244 secretário.

1245 **Sr. Ivan Carlos Fialho (Secretário de Meio Ambiente/Governador Valadares) – É**
1246 Ivan, boa-noite novamente, Ivan da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Só para
1247 registrar aí, está gravando, não é? Eu estive conversando mais um modelo aqui do
1248 Ibama a respeito dos ruídos, a gente estava falando da área hospitalar, em Valadares
1249 tem 2, vão está na margem, já estão à margem da 116. E foi apresentado aqui pelo
1250 Aurélio falando sobre os impactos, ruídos, além da melhoria de pista, validade do que
1251 vai ser feito, já tem o apontamento de algum equipamento. Ontem nós conversamos
1252 lá, Aurélio, de um corredor, uma proteção dos ruídos, pelo menos nos pontos mais
1253 críticos para a questão hospitalar especificamente? Essa é uma pergunta. A outra,
1254 nós estávamos conversando também sobreviva até falei no início aqui da
1255 apresentação dos pontos dos pedestres, que praticamente Dom Cavati, Engenheiro
1256 Caldas, o Bairro Vilaíza que a BR corta, essa região é uma região de costumes e
1257 comerciais e os pedestres ficam muito expostos de um lado para outro sempre
1258 naquela corridinha. E está prevista as passagens de proteção e também aos ciclistas
1259 muito comum em Governador Valadares motociclistas e alguns pontos ainda temos
1260 carroceiros também. E o Murilo, outro assunto que o Murilo tocou e foi interessante é
1261 em relação ao monumento da Ibituruna, nós temos aí, é o acesso ao pico da Ibituruna,
1262 está na Vilaíza. E é um acesso que geralmente ocorrem muitos incêndios lá em torno,
1263 principalmente, depois que se torna um ponto, aí vira alvo também de vandalismo. E
1264 às vezes é acusado o produtor rural, mas muitas das vezes são mais processos. Se
1265 tem algum estudo ambiental ou foi apontado ou se não foi nessa situação, mais nessa
1266 parte, obrigado.

1267 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) – Passar**
1268 para o Aurélio que até agora ele não tinha trabalhado nada, agora está com medo.

1269 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Boa noite, doutor Ivan. Só tentar fazer
1270 alguns comentários sobre as suas considerações. Quanto aos ruídos, nessa etapa o
1271 que foi feito o que eu apresentei? A gente faz o diagnóstico, apresenta esse resultado,
1272 então o impacto está identificado, ele está caracterizado, então ele com certeza, ele
1273 tem que ser considerado no momento de elaboração de projeto, não é? Então é
1274 voltando realmente a situação atual, só o projeto que poderá dar essa solução até,
1275 porque não se sabe nem se seria outra alternativa, será que seria então assim, esse
1276 é o objetivo do estudo foi identificar o impacto, ele foi identificado e foi caracterizado.
1277 Quanto às passagens de pedestre também não está dentro do objetivo do EIA aqui,
1278 até eu apresentei a informação das 47 passarelas, mas isso é mais um objeto do PER
1279 que faz essa caracterização, nesses pontos, nesses aglomerados do que necessitam
1280 desse instrumento de passagem. Isso também com certeza só é melhor caracterizado
1281 e melhor definido na etapa de projeto. Já o acesso ao pico do Ibituruna, que você tinha
1282 comentado com muito conhecido aqui, a questão de incêndio que você tinha
1283 comentado, eu acho que um dos objetivos da concessão também é cuidar da faixa de
1284 domínio, então isso acaba sendo um benefício de evitar queimadas por meio de
1285 aceiro, pelo controle que a concessionária vai ter que ter. Então a caracterização da
1286 paisagem do pico está no estudo, mas acho que vai mais nessa linha realmente das
1287 obrigações da concessionária no futuro. Não vi a Paula fazer complementar alguma
1288 coisa, mas acho que...

1289 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Eu quero
1290 sim. Ivan, assim, tendo o impacto sendo diagnosticado e, uma vez emitida a licença,
1291 o novo empreendedor, o futuro empreendedor, ele é obrigado a tratar o assunto, então
1292 se o impacto de ruído está identificado, se existe a delimitação de onde é mais
1293 problemático, ele tem que apresentar uma solução e há tecnologias disponíveis para
1294 mitigar esse tipo de impacto, seja solução de projeto, seja instalação de dispositivo.
1295 Então essa segurança de que o tema será tratado fica bem consolidado dentro do
1296 procedimento de licenciamento ambiental. Eu lembro, eu sempre lembro que assim,
1297 a gente demorou muito tempo no Brasil se resistiu muito a difusão de tecnologia de
1298 passagem de fauna, por exemplo, mesmo outros países tendo avançado rapidamente
1299 sobre esse tipo de dispositivo a gente demorou a internalizar, mas internalizou, hoje é
1300 raro passar um projeto que não tenha soluções pensadas para minimizar o impacto
1301 de atropelamento de fauna. Então diminuição também dos efeitos de ruído de uma

1302 rodovia, então a gente também tem que lutar que essas soluções sejam aplicadas nos
1303 projetos aqui do Brasil. Isso é o princípio fundamental no procedimento de
1304 licenciamento ambiental, ele só serve para isso, para mim assim, senão vira
1305 burocracia, vira só papel. Se não for a fundo buscar alternativas e trazer as soluções
1306 para os projetos e fazer os projetos avançarem, melhorarem, serem cada vez
1307 melhores para a sociedade brasileira não tem nenhuma serventia a não ser buscar
1308 esse tipo de solução. Então, uma vez assentado, uma vez identificado, uma vez
1309 descrito o impacto, ele obrigatoriamente será tratado. A solução não sei qual é, eu
1310 podia falar várias aqui, várias alternativas, mas obviamente ela será tratado dentro
1311 das obrigações do futuro empreendedor, ok? Alguma coisa, Paula?

1312 **Interlocutor Não identificado** – Secretário com relação à manutenção da faixa de
1313 domínio, é o objeto do programa de exploração rodoviário, existe uma previsão de
1314 como deve ser feita a poda e a manutenção para evitar queimadas, isso eles
1315 especificam quando deve ser feita, a rotina que deve ser adotada e a fiscalização
1316 compete à ANTT.

1317 **Interlocutor Não identificado** – O meu amanhecer, a gente está à frente da
1318 secretaria de meio ambiente que também é agricultura, então com certeza amanhã o
1319 pessoal, alguns aí dos assentados, da agricultura familiar vão estar buscando
1320 informações. Haverá um momento do debate com essa comunidade da
1321 desapropriação da viabilidade?

1322 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Com
1323 toda certeza, a gente tentou aqui antecipar aquilo que tem sido diretrizes de
1324 contratação, mas a execução, a implantação, valoração, tudo isso ainda vai ser objeto
1325 de debates específicos, tanto com a agência durante o período das audiências
1326 públicas conduzidas por ela, quanto após o período da concessão quando os
1327 trabalhos tiverem sendo feitos pela futura concessionária.

1328 **Interlocutor Não identificado** – Ok, e aí a gente está disponível junto com a Emater,
1329 com a comunidade para mobilizar aqui e fazer um debate bacana.

1330 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Com
1331 certeza.

1332 **Interlocutor Não identificado** – Obrigado.

1333 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
1334 Obrigado pelas perguntas, secretário, obrigado pelo debate. Queria chamar o Luiz
1335 Guilherme. Ainda está presente no recinto Luiz Guilherme? Ah, obrigado.

1336 **Sr. Luiz Guilherme** – Não é mais uma pergunta, mas sim parabenizar com o Ibama
1337 por essa audiência pública que é tão necessária para a nossa cidade, e outras cidades
1338 que estão recebendo também. E uma crítica também, não ao Ibama, já parabenizei,
1339 mas na questão da divulgação desse evento. Como falei com você lá fora hoje, o
1340 nosso gabinete, eu sou assessor do vereador aqui de Valadares e pouco foi divulgado
1341 isso aqui na cidade. E, como o secretário está representando o prefeito, queria que
1342 transmitisse esse recado. Nas próximas audiências tragam isso ao conhecimento da
1343 população, das comunidades, as pessoas serão afetadas porque elas precisam estar
1344 aqui para saber os impactos. E falou dos assentados, tem outros milhares de casos.
1345 A gente soube, por exemplo, dessa audiência através de uma passagem rápida no
1346 site da prefeitura, não foi divulgado isso aqui na nossa cidade e foi uma deficiência
1347 encontrada aqui hoje. E mais uma vez parabenizar o Ibama, porque em muitas das
1348 vezes a gente ver o Ibama como um homem mau da história, nunca quer liberar nada
1349 para o desenvolvimento da sociedade e o que eu vejo aqui é o contrário, vocês
1350 buscam soluções para poder facilitar o desenvolvimento. E deixar os nossos parabéns
1351 aqui e no gabinete do vereador coronel Wagner.

1352 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
1353 Obrigado. A gente estava conversando, assim, eu e a Paula, pelo menos no setor de
1354 logística aqui, o setor de rodovias ela vai tomar a liderança da gente fazer uma
1355 discussão melhor de quais são os melhores mecanismos de divulgação de audiência
1356 pública. O Ibama já fez um enorme esforço de qualificar isso, tem corrido atrás, eu
1357 sou analista do Ibama tem 13 anos, vou para os longos 13 anos, sempre lidando na
1358 área de licenciamento ambiental. De lá para cá já melhorou muito, mas ainda tem
1359 interesse dificuldade, a gente aceita críticas sem o menor problema. Apesar de ter tido
1360 um esforço, um plano de comunicação como o senhor mesmo testemunhou aqui, não
1361 foi suficiente, então a gente vai procurar uma forma melhor de fazer essa divulgação,
1362 que seja adequada a cada tipo de realidade. Eu sei que a rede social talvez não
1363 funcione tanto, nem que tenha outra metodologia, talvez até mesmo direto com a

1364 Câmara de vereadores, por que não? Mandar um ofício conversar direto com a
1365 Câmara, pedir apoio aos vereadores para fazer essa divulgação, tem várias formas
1366 de lidar com problema. Então a gente aceita a crítica exatamente a próxima será
1367 melhor divulgada.

1368 **Interlocutor Não identificado** – A ANTT vai fazer outras audiências, então é de suma
1369 importância da população, principalmente, das cidades que vão ser atingidas pela
1370 duplicação, que elas tenham consciência, venham aqui, sanem todas as dúvidas,
1371 saiam daqui esclarecidas para depois, quando começar a obra, não ter qualquer tipo
1372 de represália por parte da pessoa que não tem a informação daquilo que está
1373 acontecendo.

1374 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Apenas para constar, nós fizemos um
1375 esforço aqui junto com a STE, foram divulgados, essa audiência foi divulgada em
1376 jornais de grande circulação, rádios, foram enviados ofícios para todas as prefeituras,
1377 foi disponibilizado no site das prefeituras, no site do empreendedor, no site do Ibama,
1378 no diário oficial do Ibama. A gente avalia essa situação de fato e a gente vai tentar
1379 melhorar a cada audiência, tentar achar soluções para que tenhamos um maior
1380 público discutindo aqui conosco.

1381 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** –
1382 Obrigado pela sugestão, obrigado. Eu queria chamar Elo ou Élio Antônio? Élio,
1383 obrigado, Sr. Élio.

1384 **Sr. Élio** – Boa noite. A minha pergunta acho que vai direto para o Aurélio, na sua
1385 apresentação com relação aos peixes, você citou que foi surpreendido com o registro
1386 de 2285 indivíduos, não é isso? 51 espécies e 23 gêneros, que no slide apresentou
1387 isso aí nos peixes, certo?

1388 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Sim.

1389 **Sr. Élio** – A minha pergunta é a seguinte, não sei se você é capaz de lembrar se essa
1390 pesquisa foi feita antes ou depois do rompimento da barragem de Mariana aqui no Rio
1391 Doce? Que isso aqui é geral, eu quero saber do Rio doce.

1392 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Foi antes, porque as atividades de
1393 campo para esse empreendimento foram ocorrendo em 2015.

1394 **Sr. Élio** – Isso, então a minha pergunta é a seguinte, vocês vão voltar e fazer o
1395 levantamento do Rio Doce para constatar se tem alguma coisa nele ainda com relação
1396 ao meio ambiente? Eu acho que seria muito interessante que reprisasse esse
1397 levantamento, porque a barragem de Mariana atingiu o Rio doce em cheio e
1398 praticamente eliminou, do nosso conhecimento aqui bastante neófito, quase toda a
1399 espécie de sobrevivência aí. Então a minha, já que foi feito antes, a preocupação é de
1400 que faça a pesquisa específica do Rio Doce e os outros afluentes atingidos por aqui.
1401 É só isso.

1402 **Sr. Aurélio Chaves (Representante da STE)** – Não, realmente não está previsto, até
1403 porque era uma caracterização montado ao empreendimento, ao impacto do
1404 empreendimento causados pela BR. Então para esse empreendimento não está
1405 previsto para essa finalidade. Mas posso passar para o Rodrigo se quiser fazer algum
1406 comentário aqui também.

1407 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Não,
1408 sim, eu queria, obviamente esse é um empreendimento terrestre, ele tem uma
1409 peculiaridade e o estudo é voltado para as características principais do... Da tipologia
1410 do empreendimento. Agora, nessa bacia a gente tem outros empreendimentos
1411 licenciado, hidrelétricas que estão na bacia do Rio doce e a própria Fundação Renova
1412 tem obrigações de monitoramento de Ictiofauna nessa região. Então acho que talvez
1413 o caminho não seja este empreendedor, não sei se este projeto, a parte, vamos dizer
1414 assim, de avaliação dela foi concluída, a não ser que um parecer técnico indique
1415 alguma insuficiência, não se espera que se faça mais investimentos em pesquisas no
1416 Rio doce, mas para outros empreendimentos eu acho que faz todo sentido e eu
1417 recomendaria, inclusive que houvesse uma interação com esses outros
1418 empreendimentos, alguns são licenciados pelo próprio Ibama aqui na bacia do Rio
1419 doce e pudesse trazer esse debate pós-acidente para ver como é que estão as
1420 condições da Ictiofauna na bacia do Rio doce. A gente sabe que há levantamentos
1421 aqui feitos aqui mesmo com a participação da equipe aqui de Governador Valadares,
1422 que ajuda a acompanhar a recuperação da bacia do Rio doce, então a gente já tem,
1423 eu não saberia te citar de cor como é que são eles, eu não participo, mas já tem um
1424 trabalho sendo feito para a caracterização da Ictiofauna e a gente sabe que, claro,
1425 obviamente um acidente desse nível trouxe consequências para a estrutura da
1426 Ictiofauna, ou seja, a riqueza e a abundância, certamente trouxe, eu não saberia te

1427 precisar qual é, não é? Então assim, indicaria que não é este o empreendimento
1428 necessariamente que tem que fazer esse levantamento, mas que a gente já tem esse
1429 material que, no momento oportuno, talvez até com a provocação aqui da localidade,
1430 a gente possa trazer um debate mais específico sobre as consequência desse
1431 desastre aqui para a região do Rio doce, está certo?

1432 **Interlocutor não Identificado** – Só um comentário, Dr. Edson, o que eu acho
1433 importante é uma contribuição do estudo do diagnóstico que, sim, é uma fonte de
1434 informação da característica antes do acidente. Então o estudo acho que ele, pode ter
1435 essa contribuição. Essa caracterização foi bem detalhada, então seria uma fonte de
1436 informação que pode ser utilizada para uma caracterização futura específica para
1437 essa finalidade.

1438 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Você
1439 tem informação sobre o levantamento da Ictiofauna aqui na região? Não, não é? Mas
1440 enfim, a gente tem, esse trabalho está sendo feito e acho que vale a pena a
1441 provocação para trazer o debate para cá. Exato, está com representação está o
1442 superintendente do Ibama, não é isso? Nosso superintendente aqui no estado, o Ênio,
1443 Marco Brandão, ele representa o Ibama na Câmara técnica, tem os trabalhos, então
1444 a gente recomendaria para ver esse contato junto ao Ibama para que a gente possa
1445 trazer a discussão mais pontual aqui para a comunidade de Governador Valadares,
1446 ok? Pode fazer o debate direto com o Murilo ali, ele vai poder de orientar as melhores
1447 formas da gente conseguir te atender, ok? Eu queria chamar, obrigado pela pergunta,
1448 obrigado pela presença. Queria chamar a Milena Nascimento.

1449 **Sra. Milena Nascimento** – Boa noite a todos, meu nome é Milena, sou moradora do
1450 bairro Vilaíza perto ali da região do hospital evangélico, no caso do Hospital
1451 Samaritano, não é? E por muito bem apresentado aqui pelo secretário aqui de
1452 Governador Valadares que seria exatamente a minha pergunta, mas complementando
1453 eu queria saber se os estudos contemplaram a questão das cheias e da drenagem na
1454 região. Como moradora, eu consigo ver algumas situações difíceis, principalmente, a
1455 chuva de ontem, por exemplo, foi uma situação complicada lá para o bairro Vilaíza,
1456 momentânea, mas foi complicada. E se a questão dos ruídos durante a obra em si,
1457 elas também são contempladas no EIA ou se ficam para um próximo projeto?

1458 **Interlocutor não Identificado** – Milena na caracterização da socioeconomia é uma
1459 caracterização abrangente, onde o estudo acaba pontuando situações locais. Não é
1460 o objetivo exato do empreendimento caracterizar drenagem ou essas situações que a
1461 gente sabe que é preocupante nos bairros, então não seria o objetivo do estudo, mas
1462 a caracterização da situação populacional, da situação de vida, a qualidade de vida,
1463 isso é caracterizado no estudo. A outra pergunta, que era quanto ao ruído, sim, o
1464 estudo identificou esse impacto, caracterizou, inclusive dentro dos programas
1465 ambientais da sugestão de programa, porque na continuidade do processo de
1466 licenciamento é feito o plano básico ambiental, onde são detalhados programas
1467 utilizando-se também informações do diagnóstico ambiental do EIA. Então é uma
1468 preocupação, está como sugestão, como indicação dentro do estudo, cuidados e
1469 medidas mitigadoras durante a etapa de implantação do empreendimento são das
1470 etapas de obra e o ruído é um aspecto importante que pontuado sim, viu? Inclusive, o
1471 monitoramento, medidas de mitigação, controle e o monitoramento que vai ser feito
1472 durante a obra e após a obra também. Então a gente tem o diagnóstico, vai ter a
1473 implantação e depois vai ter a operação, então em todas essas fases do
1474 empreendimento o impacto causado pelo ruído é observado.

1475 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – E durante a execução em si da obra
1476 é o Ibama que fiscaliza e a população, no caso, tem algum canal direto para se fazer
1477 denúncias e ser atendida o mais breve possível?

1478 **Interlocutor não Identificado** – O Ibama é o órgão licenciador e fiscalizador desse
1479 empreendimento, então sim, a gente passa a fiscalização das medidas que são
1480 descritas nesse cumprimento, das condicionantes, por exemplo, do ruído. Se foi
1481 descrito que para uma frente de obra determinada vai ter que ser adotada alguma
1482 medida específica, por exemplo, evitar horários e ou mudar o tipo de maquinário.
1483 Enfim, à medida que por descrito ali será acompanhado. Existe sim um canal, além
1484 dos nossos colegas aqui da região, obviamente o Valadares tem esse privilégio de ter
1485 o Ibama local, a gente tem um canal 0800618080, acho que está, inclusive nesse
1486 folderzinho que você tem ele, ele tem o número, esse canal é auditado, você passa a
1487 denúncia, ele de guarda, te garante o sigilo, anonimato de denúncia, gera o número e
1488 o Ibama para do controle e a fiscalização, além das vistorias, vamos dizer assim, já
1489 programadas que já acontecem cotidianamente ou corriqueiramente por causa da
1490 obra. Então havendo uma denúncia, a gente vai apurar, ok?

1491 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL) –** Sobre a questão da divulgação dessa
1492 audiência, eu fiquei sabendo através de uma rede social daquelas promoções que
1493 aparecem entre uma publicação e outra, não sei se é por causa daquilo que eu
1494 pesquiso, porque eu também sou profissional da área, sou engenheira civil ambiental,
1495 mas eu acho que a falta de divulgação desses canais foi muito bem-feita. Eu acho que
1496 a questão de uma sugestão seria o próprio panfleto, no caso dessas regiões mais
1497 afetadas, no caso de Engenheiro Caldas que a população é muito perto ali da rodovia.
1498 No caso dos bairros Vilaíza, Altinópolis e por aí vai.

1499 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) –** Perfeito.
1500 Então assim, obrigado pela sugestão, já está sendo acolhido e certamente a gente vai
1501 trazer um modelo um pouco mais aprimorado para as próximas audiências públicas.
1502 Obrigado aí pela sugestão. A gente ainda tem o Marcos Campos, Marco? Marlon,
1503 perdão.

1504 **Sr. Marlon Campos (Secretaria de Meio Ambiente) –** Boa noite. Meu nome é
1505 Marlon, eu trabalho na secretaria de meio ambiente aqui na prefeitura. Só uma
1506 observação primeiro, você colocou lá as árvores em extinção, só para falar que Aroeira
1507 já saiu de extinção da área do Ibama.

1508 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama) –**
1509 Felizmente.

1510 **Sr. Marlon Campos (Secretaria de Meio Ambiente) –** Então é um a menos para
1511 preocupação. Eu queria fazer uma pergunta, na verdade 2, primeiro sobre, porque a
1512 gente tem aqui o setor de planejamento estratégico da prefeitura e se teria como,
1513 porque a gente está falando em duplicação e de nova, talvez nova ponte, porque
1514 aquela talvez o São Raimundo não vai ter como duplicar por causa de... Sei lá, talvez
1515 a infraestrutura, não sei. Mas o planejamento estratégico aqui da nossa cidade já tem,
1516 tipo, um planejamento para aonde vai essa nova BR, para onde passaria e até com
1517 planejamento de ponte até para a circulação, tipo um anel viário. Então se teria como
1518 a gente apresentar isso para vocês talvez até para estudo. É uma pergunta. E outra é
1519 sobre o que o Ivan falou assim, que a gente tem uma preocupação muito grande,
1520 como é uma BR e a gente já tem uma ponte estreita, ainda tem alguns trabalhadores
1521 com tração animal. Si, quando tiver essa concessionária Nova, se esse uso vai ser

1522 permitido na BR? Porque eu acho que não é o caso, não deveria ser.

1523 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Ok,
1524 obrigado pela pergunta. Você quer comentar, Paula, sobre o projeto, sobre... Está
1525 bem.

1526 **Sra. Paula Tagliari (Representante da EPL)** – Marlon, a gente está aberto sim a
1527 conhecer o planejamento estratégico aqui, daqui de Valadares. Em alguns casos a
1528 EPL participa do plano de elaboração de exploração rodoviário, em alguns outros
1529 casos não, mas nós estamos abertos e sim a conhecer, acho que sempre são
1530 complementações importantes para a elaboração do futuro projeto executivo. E aí
1531 mais uma vez eu não tenho como te responder a outra questão especificamente,
1532 porque tudo vai depender da questão do projeto de fato, mas todos os comentários
1533 relacionados a isso são colocados no relatório dessa audiência e são apresentados
1534 no rol de documentos depois para concessão e são levados em consideração.

1535 **Sr. Rodrigo Herles (Presidente da Audiência/Representante do Ibama)** – Eu não
1536 conheço nenhuma vedação, na verdade, Aurélio também, eu não conheço nenhuma
1537 vedação para o uso de carroceiros frequentando a rodovia, desconheço a proibição,
1538 tendo ela concedida sendo duplicado, eu moro a margem de uma rodovia duplicada
1539 ou pelo menos frequento a rodovia duplicada cotidianamente eu vejo carroceiros
1540 trafegando lá. Então não haveria nenhum tipo de proibição, embora eu acho de tração
1541 animal já é uma coisa descabida do ponto de vista pessoal eu acho uma coisa
1542 descabida com o tempo atual, é uma opinião minha, mas eu saiba não tem nenhuma
1543 vedação, assim como ciclista, outro tipo de uso para a própria rodovia não é tão seguro
1544 assim, corre algum risco, traz alguma dificuldade, mas eu saiba não há nenhuma
1545 vedação. Ok? Consulto se, nós acabamos de vencer várias perguntas, aliás, eu fiquei
1546 muito feliz na qualidade do debate, foi tão bom quanto o de ontem. Consulto a plateia
1547 se ainda há alguma questão a mais para a gente debater? Não havendo, eu mais uma
1548 vez, ressalto a minha felicidade de estar aqui e de ter participado de uma audiência
1549 muito boa. Como eu falei no início, fomos esperadas a fazer boas perguntas, a
1550 interagir e trazer questões. Então declaro válida e encerrada essa audiência pública,
1551 agradecendo a presença de todos, a paciência de ficar conosco até as 15 para 00h.
1552 Obrigado pela resistência aí, mas tenho certeza que saíram melhores informados e
1553 mais preparados para o passo seguinte desse projeto. Muito obrigado.